AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 36 | Nº 07 | JULHO 2016 | R$ 15,00



FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

A FAZENDA DO FUTURO

CONTROLE DE PRODUÇÃO DE FÁBRICA

SOJA VENDA A FUTURO GARANTE BONS LUCROS

APROSOJA O DESAFIO DE FORMAR LIDERANÇAS

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Marcus Antonio de Souza Faver, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Luísa Pinheiro Ulhoa Tenório
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

TECNOLOGIA REVOLUCIONA O CAMPO NOVAMENTE

OS PRIMEIROS dias do governo Temer confirmam as expectativas da ***Agroanalysis***. O País volta a ter sinais de governabilidade, mesmo com os solavancos da operação Lava-Jato. Várias medidas de controle de gastos já passaram pelo Congresso. E, mais importante: o assunto do endividamento dos estados (problema que vinha se arrastando há pelo menos cinco anos) foi resolvido de maneira satisfatória.

Na inflação, assusta a resistência à queda em um quadro de desaquecimento econômico profundo como o que verificamos neste momento. No entanto, as perspectivas são de que a inflação caia nos próximos meses. A percepção de que o governo brasileiro demonstra alguma capacidade de resolver questões econômicas essenciais começou a ter efeitos sobre as expectativas dos agentes econômicos: ao longo das últimas semanas, começou a se cristalizar a noção de que o pior ficou para trás e cresceram as esperanças de uma retomada econômica.

No agronegócio, os preços, em geral, estão bons. Sofrem os que tiverem perdas climáticas.

Para o produtor de soja, a expectativa é de que o resultado da safra 2016/17 seja positivo, com números superiores aos de 2015/16. Em Rondonópolis, no estado do Mato Grosso, por exemplo – onde o produtor contabilizou prejuízo de R$ 93,07 por hectare na temporada passada –, em 2016/17 o lucro médio deve ser de R$ 863,68. Os motivos foram: alta no preço da soja no segundo trimestre deste ano associada a venda da produção a futuro; custos de produção menores em relação aos da safra anterior, devido à queda do dólar; e clima, que, a princípio, deve ser mais favorável no ciclo que se inicia no País.

O sistema agropecuário passa por uma verdadeira revolução em seu processo produtivo. Quem não conseguir adaptar-se a ela vai acabar ficando pelo caminho. Na segunda metade do século passado, vários especialistas escreviam dizendo que as grandes empresas entravam no setor apenas quando conseguiam grandes subsídios ou encontravam posição monopólica. Praticamente meio século depois, a tecnologia evoluiu no sentido de aperfeiçoar o controle do processo produtivo, reduzir bastante a ociosidade do capital e, portanto, elevar a taxa de lucro de um setor que tem demanda garantida por seus produtos.

Em sua edição da semana de 11 de junho de 2016, a revista The Economist apresentou um conjunto de artigos discutindo os principais gargalos tecnológicos na agricultura e as inovações que poderiam aumentar o controle sobre a produção permitindo que a Revolução Verde possa prosseguir. Hoje, quando olhamos o potencial do Centro-Oeste brasileiro ou da região denominada MAPITOBA, não enxergamos mais uma fazenda à moda antiga, pois muitas propriedades já são verdadeiras "unidades industriais", com utilização de satélites, brigadas mecanizadas e evoluídos sistemas computacionais e de irrigação, com tecnologia genética avançada.

Os fatores naturais do Brasil são um privilégio para a nossa pecuária, com abundância de luz so-

lar, terra e água. O setor produtivo vem fazendo a sua parte e, a cada ano, evolui na aplicação de técnicas desenvolvidas pela pesquisa nas áreas de Solos, Pastagens, Genética, Nutrição, Saúde, Reprodução e Gestão. Por isso, o Brasil apresenta, mundialmente, custos de produção competitivos e elevada qualidade de produto final. A entrevista, na seção Abre Aspas, com Antonio Jorge Camardelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), oportunamente mostra a luta que o setor trava há alguns anos para atender a demanda mundial de carne bovina.

No caderno especial deste mês, pelo oitavo ano, o destaque é para a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja). Em seus primeiros seis meses frente à associação, o presidente Endrigo Dalcin já soma pelo menos duas conquistas históricas. A primeira, em abril, deu-se com a assinatura de um memorando com o governo chinês para facilitar a entrada da soja mato-grossense no mercado que mais cresce no mundo. Já a segunda, em maio, relaciona-se à obrigatoriedade do seguro rural como condicionante para acesso a linhas de financiamento agrícola. Um dos grandes desafios da entidade está na formação de líderes.

Para terminar, faz-se referência ao tema escolhido para o 94º Dia Internacional do Cooperativismo, que acontece em 2016 – a data é celebrada sempre no primeiro sábado de julho – e que tem como *slogan* "Cooperativas: o poder de agir para um futuro sustentável". Esta escolha foi feita pelo Comitê de Promoção e Progresso das Cooperativas (COPAC), constituído pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse propósito, o material do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) apresentado nesta edição da ***Agroanalysis*** mostra a vitalidade do sistema cooperativista numa área tão vital para o crescimento do agronegócio: o aporte de crédito. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
ANTONIO JORGE CAMARDELLI
RETOMADA E CRESCIMENTO NAS VENDAS EXTERNAS

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
O PIOR FICOU PARA TRÁS?

15 AGRODROPS

18 MERCADO & NEGÓCIOS

18 ECONOMIA MUNDIAL
MELHORANDO, MAS COM FRAGILIDADES

21 CAPA ALTA DE PREÇOS NA SOJA
A SAFRA 2016/17 SERÁ MELHOR PARA O PRODUTOR

23 PECUÁRIA DE CORTE BRASILEIRA
O VALOR DO ZEBU

25 MERCADO DE BEBIDAS
A GUERRA DOS SUCOS

27 GESTÃO

27 CAPA TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO
A NOVA UNIDADE DE PRODUÇÃO

31 CONTEÚDO ESPECIAL

31 CAPA APROSOJA
CENÁRIO DIFÍCIL, MAS COM CONQUISTAS

39 SICOOB
COOPERATIVISMO FINANCEIRO E CRÉDITO RURAL

44 FAESP
O SEGURO RURAL NA ATUAL CONJUNTURA

45 ANDEF
A GÊNESE DA INOVAÇÃO

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
BIOFORTIFICAÇÃO

47 PRODUZIR
DEFENSIVOS: FUNDAMENTAIS PARA A AGRICULTURA TROPICAL

48 OPINIÃO
MICROBACIAS II: UM MACROAPOIO AO PEQUENO

49 REFLEXÃO
OUTRA VEZ O SOL

50 ESTATÍSTICA

RETOMADA E CRESCIMENTO NAS VENDAS EXTERNAS

ANTONIO JORGE CAMARDELLI

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES (ABIEC)

POR PAULO ROQUE

Médico veterinário formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Antonio Jorge Camardelli está à frente da Presidência da Abiec desde 2010.

Camardelli possui 37 anos de experiência no mercado bovino, tendo construído uma carreira sólida no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), onde trabalhou entre 1977 e 1999, chegando a ocupar os cargos de secretário nacional de Defesa Agropecuária substituto, diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) e diretor técnico do MAPA no Rio Grande do Sul. Entre 2000 e 2001, durante passagem pelo Grupo Frigonostro, exerceu os cargos de diretor-geral de Exportação e diretor industrial.

No período de 2001 a 2003, em sua primeira passagem pela Abiec, ocupou a função de diretor executivo, posição em que permaneceu por seis anos, tendo, depois, assumido o posto de diretor de Estratégia Empresarial no Grupo JBS.

AGROANALYSIS: EXPORTAMOS CARNE BOVINA PARA 136 PAÍSES DO MUNDO. O PROBLEMA SANITÁRIO AINDA É O PONTO MAIS CRÍTICO NAS VENDAS EXTERNAS?

ANTONIO JORGE CAMARDELLI: Sim. O fato é que ainda estamos fora do escopo de alguns dos



ÉDI PEREIRA/ HÓRUS PHOTOGRAPH 2011

principais importadores do mundo por razões sanitárias ou supostamente sanitárias. Por outro lado, o Brasil tem feito avanços nesta área. Hoje, apenas Amazonas, Amapá e Roraima estão fora da área livre de aftosa, e, muito provavelmente no ano que vem, poderemos ter o País todo livre. Apesar dos casos atípicos de 2012 e 2014, o Brasil manteve o *status* de risco insignificante para Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB). E a implementação da Guia de Trânsito Animal (GTA) eletrônica fará a defesa agropecuária dar um grande salto em seus controles e garantias.

O segundo ponto mais crítico são acordos comerciais. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) tem sido extremamente ineficiente em fechar acordos que garantam tarifas e cotas preferenciais ao Brasil. Recentemente, o Canadá fez um acordo com a União Europeia garantindo 50 mil toneladas de cotas para carne bovina a tarifa zero. A Austrália fechou um acordo com a China garantindo cotas para carne e animais vivos, assim como tem acordos com vários países do Sudeste Asiático. Estados Unidos e União Europeia negociam um acordo de livre-comércio, assim como os mercados em torno do Pacífico. Se não mudar sua política comercial, o Brasil ficará à margem desse processo.

COTAS DE ACESSO AO MERCADO DE CARNE BOVINA DA UNIÃO EUROPEIA CONTINUAM SENDO UMA QUESTÃO EMPERRADA?

AJC: O Brasil tem sido um dos grandes fornecedores de carne bovina para o mercado consumidor europeu nas últimas décadas, atendendo todas as suas altas exigências de sanidade e rastreabilidade. Exportamos pelas cotas disponíveis e muito além da cota. O Brasil chegou a exportar mais de 400 mil toneladas para a Europa, mas viu, desde 2008, o volume de suas exportações de carne bovina com destino à União Europeia cair consideravelmente. Hoje, exportamos em torno de 120 mil toneladas por ano. As barreiras que a Europa nos criou afetam o total das nossas exportações para lá. As principais barreiras são em relação à área habilitada para exportar (que é diferente da área livre reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE, na sigla internacional) e as exigências em relação à aprovação de propriedades dentro da área habilitada, a Lista Trace.

A Cota Hilton, de 10.000 toneladas para carne de alta qualidade, cria, além das barreiras sanitárias, outras dificuldades adicionais, como a alimentação exclusiva a pasto e a brincagem desde a desmama. Nosso desempenho só aumentou nela porque, pela diferença de preço, vale a pena cumprir as exigências, mas elas continuam sendo prejudiciais ao Brasil.

COM UM ANO DE ABERTURA DO SEU MERCADO, OS CHINESES JÁ SÃO LÍDERES NAS IMPORTAÇÕES DA CARNE BOVINA *IN NATURA* BRASILEIRA?

AJC: Os embarques para a China começaram no final de junho de 2015. De lá ate maio último, já exportamos perto de 170 mil toneladas. Apesar do curto espaço de tempo, no acumulado de janeiro e maio deste ano, a China já ocupa a segunda posição no *ranking* de maiores importadores da carne bovina brasileira, com quase 72 mil toneladas. Vale frisar que, por enquanto, só exportamos carne *in natura* para a China. Os nossos esforços, agora, serão dirigidos para conseguirmos a abertura para miúdos, dos quais o país asiático é um grande consumidor, e, também, para carne com osso. Hong Kong ainda é o líder nas importações.

Ainda é importante dizer que há um bom espaço para que o consumo cresça especialmente na China, pois a demanda será derivada do aumento em renda e do tamanho populacional do país.

VAMOS EXPORTAR PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS PARA A CHINA E O JAPÃO?

AJC: Estamos perto de retomar as exportações de industrializados para o Japão, que importa US$ 2 bilhões de carne bovina por ano. Os em-

barques foram interrompidos depois do caso atípico de EEB – também conhecida como a 'doença da vaca louca' – registrado em dezembro de 2012. Somos reconhecidos internacionalmente pela OIE como país de risco insignificante para EEB. Para a China, a prioridade é conseguir a liberação de miúdos e carne com osso e, depois, industrializados.

A FINAL RULE TAMBÉM COMPLETA UM ANO DE PUBLICAÇÃO, COM A LIBERAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE CARNE *IN NATURA* PARA OS EUA. E OS RESULTADOS NAS VENDAS?

AJC: Em junho de 2015, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) publicou o comunicado oficial em que reconhece o *status* sanitário do rebanho bovino brasileiro, o Final Rule, necessário para a importação de carne *in natura* do Brasil: quatorze estados brasileiros foram liberados para exportar carne *in natura*. Esse anúncio encerrou uma negociação que já durava mais de quinze anos entre os dois países. Desde então, tem havido uma discussão técnica entre os respectivos órgãos americano e brasileiro. O grande objetivo é estabelecer uma equivalência nos processos de inspeção para dar de fato início às exportações. Portanto, os embarques ainda não se concretizaram, mas esperamos realizá-los ao longo deste segundo semestre de 2016.

COMO ESTÃO O ACESSO AO MÉXICO E A PAÍSES DA ÁSIA COMO, POR EXEMPLO, TAIWAN, INDONÉSIA E TAILÂNDIA?

AJC: Há um acordo de comércio em andamento entre Brasil e México. Esperamos que, ao final da negociação, a carne bovina seja incluída nos resultados. O Sudeste Asiático tem sido uma prioridade para o plano da Abiec. Já exportamos para Cingapura, Malásia, Vietnã e Filipinas, sendo que, recentemente, abrimos o mercado em Myanmar. Por sua vez, como Tailândia e Taiwan manifestaram intenção de abrir os seus mercados,

> "...A CHINA JÁ OCUPA A SEGUNDA POSIÇÃO NO *RANKING* DE MAIORES IMPORTADORES DA CARNE BOVINA BRASILEIRA..."

o MAPA está enviando as informações técnicas para estes países.

Estamos em um contencioso na Organização Mundial do Comércio (OMC) com a Indonésia, que possui mecanismos de proteção que contrariam as regras da entidade. O Brasil e outros países exportadores estão contestando. Ao mesmo tempo, com a pressão interna devido à alta nos preços da carne no mercado interno, as autoridades da Indonésia flexibilizaram suas exigências sanitárias com o objetivo de facilitar a importação. Mas, enquanto não houver acesso pleno, o processo continuará.

QUAL É A RAZÃO DE POUCO SE FALAR EM COTA HILTON NO BRASIL?

AJC: A Cota Hilton é o volume de cortes de carnes de alto padrão concedido e determinado pela União Europeia (UE) para os países exportadores deste produto. Estamos evoluindo ano a ano. Isso porque a indústria começou, há algum tempo, a organizar seu fornecimento. Para isso, é preciso atender os critérios da Cota, para aproveitar, assim, a vantagem que se tem na tarifa de importação. Neste ano, chegaremos a mais de 90% do cumprimento da Cota, de 10 mil toneladas. É algo que não acontecia desde 2007.

COMEÇAMOS O ANO COM BOAS PERSPECTIVAS. CHEGAREMOS A EXPORTAR US$ 7,5 BILHÕES E QUEBRAR O RECORDE DE 2014?

AJC: Em 2015, as exportações de carne bovina do Brasil recuaram em comparação com o ano anterior, em função de problemas econômicos e políticos em alguns dos principais compradores da carne brasileira (Rússia, Venezuela, Hong Kong).

Agora em 2016, temos uma boa expectativa para pelo menos atingirmos o volume exportado em 2014, que foi de 1,5 milhão de toneladas. Com a abertura de novos mercados, já sentimos uma recuperação nos primeiros meses de 2016 e, de janeiro a maio, acumulamos alta de 12% em relação ao mesmo período do ano passado, com o embarque de 609,7 mil toneladas.

Tradicionalmente, temos um volume exportado maior no segundo semestre do ano. Portanto, nossa perspectiva é atingir o recorde de 2014 em volume exportado.

CONSEGUIMOS A LIBERAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE CARNE PARA OS ESTADOS UNIDOS, DEPOIS DE QUINZE ANOS DE NEGOCIAÇÃO.

COMO FICAM AS EXPORTAÇÕES PARA A UE APÓS A SAÍDA DO REINO UNIDO DO BLOCO?

AJC: Em 2015, comercializamos 121,4 mil toneladas de produtos de carne bovina. Desta quantidade, o Reino Unido participou com 24%, sendo a maior parte composta de produtos processados. As vendas externas para a UE somaram cerca de US$ 802 milhões. É importante frisar que o Reino Unido está saindo da UE, mas não da OMC. Atualmente, a Inglaterra é um dos países mais harmônicos do ponto de vista comercial, diferente, por exemplo, da França e da Irlanda, que contestam um acordo agrícola da UE com o Brasil. ■



ÉDI PEREIRA/ HÓRUS PHOTOGRAPH 2011

FRASES & COMENTÁRIOS

"Com a falta de planejamento do Governo e as grandes exportações, houve escassez de milho e alta especulação no mercado, complicando a avicultura e a suinocultura."

SÉRGIO BORTOLOZZO, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO)

"O governo precisa priorizar o registro de defensivos para as pequenas culturas (*minor crops*), que contemplam, principalmente, frutas e hortaliças. Esta regularização é fundamental para o setor."

LUIZ ROBERTO BARCELOS, presidente da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (ABRAFRUTAS)

"A adoção de práticas voltadas para uma economia de baixo carbono pode assegurar que biocombustíveis, produção de alimentos e recursos naturais sejam gerenciados de forma sustentável no mundo."

Relatório "Conciliando a Segurança Alimentar e a Bioenergia: Prioridades para Ação" ("Reconciling Food Security and Bioenergy: Priorities for Action"), do Departamento de Energia dos Estados Unidos – junho de 2016

"O poder Executivo delegou aos estados a execução da defesa sanitária agropecuária. Temos, agora, de acabar com o contingenciamento orçamentário das ações relacionadas a essa questão."

TEREZA CRISTINA, deputada federal pelo PSB-MS e autora do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 180/2015, que proíbe a limitação de despesas com saúde no agronegócio

"A saída do Reino Unido da União Europeia não deve influenciar as exportações brasileiras de carne ao bloco no curto prazo."

ANTÔNIO PITANGUI DE SALVO, diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) e presidente da Comissão de Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

"Nós tivemos uma reunião com o presidente Michel Temer e a equipe econômica, e a proposta de taxação das exportações agrícolas para o financiamento da Previdência Social não foi tratada."

BLAIRO MAGGI, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em depoimento à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado



"Quanto mais cooperativas brasileiras se inscreverem, mais chances o mundo terá de conhecer a pujança e o potencial desse sistema no Brasil."

MÁRCIO LOPES DE FREITAS, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a respeito da pesquisa em nível mundial para compor a edição 2016 do Monitor Global de Cooperativas, realizada pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e pelo Instituto de Pesquisa em Cooperativismo e Economia Social da União Europeia (Euricse)

"O multilateralismo comercial priorizado pelo País fracassou e deixou o Brasil fora de acordos bilaterais que alçaram economias de outras nações."

JOSÉ SERRA, ministro das Relações Exteriores e senador da República pelo PSDB-SP, ao anunciar as dez novas diretrizes para o Itamaraty

O PIOR FICOU PARA TRÁS?

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

A ATIVIDADE econômica brasileira tem registrado retração sistemática ao longo dos últimos anos. A renda real *per capita*, confirmando-se a queda projetada de cerca de 4% do PIB em 2016, terá caído mais de 10% nos últimos três anos. Mesmo na década de 1980, conhecida como "década perdida", não verificamos uma queda desta magnitude. Desde a Segunda Guerra Mundial, também não foi verificada uma queda da renda real *per capita* por três anos seguidos na economia brasileira. Os primeiros meses de 2016 foram marcados por expectativas negativas para o resto do ano, sem sinais concretos de retomada em um horizonte curto: várias projeções apontavam para a retomada da economia brasileira apenas a partir de 2018.

A inflação alta no primeiro semestre do ano contribuiu para essa deterioração de expectativas. Nesse sentido, a inflação brasileira acumulada em doze meses superou a marca dos 10% e tem resistido a apresentar uma trajetória consistente de queda nos primeiros meses de 2016. Isso tem levado o Banco Central a praticar uma política monetária relativamente contracionista, mesmo em um ambiente fortemente recessivo. De fato, ninguém esperava cortes na meta da taxa básica de juros – Selic – no primeiro semestre. No entanto, assusta a resistên-



SHUTTERSTOCK

cia da inflação à queda mesmo em um quadro de desaquecimento econômico profundo, como o que verificamos neste momento. As perspectivas são de que a inflação caia nos próximos meses, mas as incertezas ainda persistem.

Do lado das contas públicas, os números do primeiro semestre não foram nada animadores, e as perspectivas são de que o ano feche com um déficit primário da ordem de R$ 170 bilhões. A queda da arrecadação por conta da queda na atividade econômica foi conjugada à ampliação das despesas em um quadro em que o Governo tentava estimular a economia via expansão fiscal. Adicionalmente, o País demanda cada vez mais reformas estruturais em diversas áreas, dentre as quais a Previdência ganha destaque, ante as mudanças demográficas em curso no Brasil e o envolvimento da população brasileira.

A somatória desses fatores levou a um quadro fortemente pessimista nos primeiros meses do ano: empresários mostravam-se reticentes em investir em um contexto de queda contínua da atividade econômica sem sinais de reversão. Ao mesmo tempo, famílias endividadas e com seus orçamentos limitados em função das altas de preços expressivas em vários setores (como energia elétrica, por exemplo) mostraram-se cada vez mais conservadoras, limitando seu consumo em um ambiente de desemprego crescente e de um quadro recessivo que não dava mostras de reversão.

A mudança do governo, ainda que não de forma definitiva, começou a mudar lentamente esse quadro. O governo anterior dava mostras de não ser mais funcional, mostrando-se pouco capacitado para levar adiante uma agenda junto ao Congresso. Esse processo contaminava ainda mais as expectativas dos agentes quanto à capacidade do governo de reverter o quadro recessivo e de desajustes presentes nos fundamentos da economia brasileira.

O governo Temer, nesse sentido, conferiu um mínimo de funcionalidade ao Governo, sendo bem-sucedido em lidar com alguns aspectos importantes. Sob essa perspectiva, o novo governo pautou-se pela formação predominantemente técnica na composição da equipe econômica. Só esse fato já contribuiu para que os agentes começassem a vislumbrar algumas melhorias na forma da condução da política econômica.

Ao mesmo tempo, o governo mostrou-se, até o momento, bem-sucedido em reconstruir as bases de uma relação com o Congresso Nacional. Este fato permitiu que o governo aprovasse a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que é um instrumento essencial para que o Executivo tenha capacidade de gerar resultados primários melhores do que os verificados até o momento.

A percepção de que o governo brasileiro voltou a ser minimamente funcional e que demonstra alguma capacidade de resolver questões econômicas essenciais começou a ter efeitos sobre as expectativas dos agentes econômicos: ao longo das últimas semanas, começou a se cristalizar a noção de que o pior ficou para trás e cresceram as esperanças de uma retomada econômica, ainda que em bases bem moderadas, até o início de 2017.

De qualquer forma, apesar dos sucessos iniciais do governo Temer, ainda restam desafios maiores mais adiante, dentre os quais as reformas estruturais, essenciais para a economia brasileira. A incógnita é se o governo terá capacidade e tempo para levar adiante tais reformas. ■

> O SETOR QUE É O MOTOR DA NOSSA ECONOMIA CONTINUA CARREGANDO O PAÍS. E CONTA COM A AJUDA DA GIG.

A GIG É MAIS DO QUE UM AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, ASSESSORIA DE IMPRENSA OU CONSULTORIA. POR ISSO, FAZ MAIS DO QUE CONTAR HISTÓRIAS. REUNINDO VÁRIAS INTELIGÊNCIAS, A GIG PLANEJA, CRIA ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E MOSTRA PARA O MUNDO TODO O VALOR DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO. ANDEF, ASSOCON, CITRUSBR, ABIEC, MONSANTO, AGRO TOOLS, AGROCONSULT, ÚNICA, GRUPO RONCADOR E OUTROS GRANDES NOMES DO NOSSO AGRONEGÓCIO TÊM HISTÓRIAS DE SUCESSO COM A GIG. VENHA FAZER A SUA.

WEAREGIG.COM
CONTATO@WEAREGIG.COM
+55 11 2308.8854

PIB BRASILEIRO: QUEDA DE
*3%**

AGRONEGÓCIO: EXPANSÃO DE
*2,4%***



GIG GLOBAL INTELLIGENCE GROUP

SP | RIO | LISBOA | BRUXELAS | LOS ANGELES | DUBAI

*De acordo com as estimativas de economistas independentes, analistas de bancos e corretoras. **Em 2015, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

MUDANÇAS NAS REGRAS DE TÍTULO DO AGRONEGÓCIO

O Conselho Monetário Nacional (CMN) mudou as regras de direcionamento dos recursos captados por meio das emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs). Quando se leva em conta o volume de recursos captados por meio de LCAs nos últimos doze meses, a estimativa é de que haja uma injeção de R$ 21 bilhões no crédito rural: R$ 9 bilhões nas operações com juros controlados e R$ 12 bilhões com juros livres.

Regra anterior: os bancos destinavam 50% do saldo médio das LCAs emitidas. A obrigação valia para os papéis lastreados em empréstimos rurais com recursos de depósitos à vista ou da poupança rural.

Regra atual (a partir de 1º de junho): os bancos destinam 35% do saldo médio das LCAs emitidas, com 40% indo para operações de custeio a taxas controladas, de até 12,75% ao ano, enquanto o restante vai a taxas livres.

AMPLIAÇÃO NO QUADRO DE ADIDOS AGRÍCOLAS

Criada em 2008, a figura do adido agrícola passou a fazer parte da diplomacia em Buenos Aires (Argentina), Washington (Estados Unidos), Bruxelas (União Europeia), Pequim (China), Moscou (Rússia), Pretória (África do Sul), Genebra (sede da Organização Mundial do Comércio – OMC) e Tóquio (Japão). Agora, o quadro foi ampliado para países como Indonésia, Índia, Chile e Arábia Saudita, totalizando 25 adidos que representam o Brasil no exterior. O mercado agrícola mundial movimenta U$ 1,17 trilhão por ano, do qual o Brasil participa com 7,04% (US$ 82,6 bilhões). A meta é chegar a 10%.

CONSUMO DE CAFÉ EM CÁPSULAS

Essa tendência veio para ficar e se consolidar dentro e fora dos lares, tanto em cafeterias, quanto em bares, restaurantes, escritórios e demais ambientes de trabalho. Pesquisa realizada pela Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) aponta que o mercado de café em cápsulas deverá registrar um crescimento superior a 100% no período de 2014 a 2019. Nos últimos dois anos, o número de torrefadoras nesse segmento passou de oito para noventa unidades.

A avaliação das cápsulas baseia-se no uso da análise sensorial do café, amplamente difundida em todo o mundo. Com 586 produtos certificados nas categorias Tradicional (301), Superior (129) e Gourmet (156), no Brasil, o Programa de Qualidade do Café (PQC), da ABIC, já utilizou método similar em mais de 4.000 laudos de cafés torrados/moídos para filtrados e/ou expressos. No momento, essa experiência será utilizada para avaliar os cafés em cápsulas das diversas marcas e dos diversos sistemas de produção existentes no País.

CARNE BOVINA À UE

A União Europeia (UE) ampliou de 9 para 23 as Unidades da Federação do Brasil autorizadas a lhe fornecerem produtos industrializados. Antes, os estados autorizados eram São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo. Agora, também fazem parte da lista Distrito Federal, Acre, Rondônia, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Em 2015, o Brasil exportou 1,04 milhão de toneladas de carne industrializada, com receita de US$ 633,58 milhões.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

Estudos resultantes de parcerias entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (IFPRI), vinculado ao Conselho de Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR), revelam crescimento de 46,3% nos gastos do Brasil com P&D agrícola no período 2006-2013. Os gastos de 2013 equivalem a 1,82% do PIB agropecuário. É a maior participação dentre os países da América Latina. Além disso, houve um aumento de 82% no número de registros de cultivares no Brasil entre 2007 e 2013.

No quesito recursos humanos, verificou-se elevada concentração de pesquisadores nos três principais países da América Latina – Brasil (29%), Argentina (29%) e México (19%) –, totalizando 77% dos pesquisadores da região em 2013. A organização de P&D agrícola no Brasil é complexa devido ao tamanho do País, ao número de órgãos envolvidos e ao duplo papel dos governos federal e estadual. Das 168 instituições que realizavam atividades de P&D agrícola no País em 2013, a Embrapa respondia por 42% do total de pesquisadores em tempo integral.

CRESCIMENTO DA APICULTURA BRASILEIRA

Foi inserida no País em 1839, quando algumas colônias de abelhas da espécie *Apis mellifera* foram levadas até o Rio de Janeiro. Desde então, a atividade disseminou-se no território nacional. Hoje, a produção atende o consumo interno e os exportadores, como os Estados Unidos, o Canadá e a Alemanha. A criação serve como meio de sobrevivência de 350 mil pequenos produtores brasileiros. Muitos deles possuem reconhecimento pela sua qualidade, inclusive com premiações nacionais e internacionais.

A distribuição interna ocorre em feiras populares e por meio de venda direta realizada pelos próprios produtores, em lojas especializadas, farmácias e supermercados. Segundo o último relatório oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil produziu, em 2013, 35 mil toneladas de mel, com destaque para os estados Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo.

ZONA LIVRE DE PESTE SUÍNA CLÁSSICA

O *status* foi aprovado durante a 84ª Sessão Geral da Assembleia Mundial de Delegados da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em Paris, durante maio último. Até agora, tinham o certificado: Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A peste suína clássica provoca febre alta, manchas avermelhadas pelo corpo, paralisia nas patas traseiras e dificuldades respiratórias e pode levar à morte do animal. Os últimos casos foram registrados no Brasil em agosto de 2009, no Amapá, no Pará e no Rio Grande do Norte.

ESTADOS RECONHECIDOS COMO ÁREAS LIVRES DA DOENÇA, ALÉM DO DISTRITO FEDERAL

Acre	Mato Grosso do Sul	São Paulo
Bahia	Minas Gerais	Sergipe
Espírito Santo	Paraná	Tocantins
Goiás	Rio de Janeiro	Amazonas*
Mato Grosso	Rondônia	

* Municípios de Guajará, Boca do Acre, sul de Canutama e sudoeste de Lábrea
Fonte: MAPA

LABORATÓRIO DE REFERÊNCIA INTERNACIONAL

O Laboratório Nacional Agropecuário de São Paulo (Lanagro-SP), localizado em Campinas, foi oficialmente reconhecido como referência internacional em diagnóstico de *influenza* aviária (gripe aviária) e doença de Newcastle. Estas duas enfermidades são altamente impactantes nos comércios nacional e internacional de aves, seus produtos, subprodutos e material genético. O anúncio foi feito durante a Assembleia de Delegados da Organização Mundial de Saúde de Animal (OIE), realizada em Paris, no final de maio último, com o reconhecimento de 180 países. A partir de agora, os países latinos passam a contar com um centro laboratorial mais próximo de validade mundial.



PLANO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

O Plano de Defesa Agropecuária vai informatizar e simplificar processos a fim de reduzir em 70% o tempo entre a solicitação de um registro e sua análise final. A meta é reduzir de 24 meses para quatro a oito meses os processos em análise no MAPA. No início do ano, havia 4.936 processos pendentes. Cerca de 80% deles diziam respeito à defesa agropecuária, como os pedidos de registro de estabelecimentos, aprovação de rótulos, alteração de fórmulas e registro de produtos de variadas naturezas, como rações, transgênicos, medicamentos e insumos.

INDEFINIÇÃO NO SEGURO RURAL

Um dos maiores problemas para o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Blairo Maggi, será acertar a conta do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). No final do ano passado, as novas regras diminuíram os níveis de cobertura e o percentual da subvenção. O novo Plano Trienal estabeleceu R$ 400 milhões para 2016, R$ 425 milhões para 2017 e R$ 455 milhões para 2018. Estes valores desagradam os produtores rurais e as entidades representativas do setor. Segundo o próprio MAPA, a demanda estimada é da ordem de R$ 1,1 bilhão. A pressão deve aumentar com as quebras por razões climáticas na safra 2015/16.

PSR: CALENDÁRIO DA SUBVENÇÃO EM 2016
(R$ MILHÕES)

MÊS	Culturas	Frutas	Outros
Junho[1]	158	–	–
Julho[3]	32	5	4
Agosto[2 3]	30	5	4
Setembro[2 3]	30	10	4
Outubro[2 3]	30	30	4
Novembro[2 3]	20	30	4
Total	**300**	**80**	**20**

1 Milho 2ª safra, trigo, aveia, canola, cevada, centeio, sorgo e triticale
2 Algodão, amendoim, arroz, fava, feijão, girassol, milho 1ª safra e sorgo
3 Café, cana-de-açúcar, soja, olerícolas, pecuária, floresta e aquicultura
Fonte: MAPA

ECONOMIA MUNDIAL

MELHORANDO, MAS COM FRAGILIDADES

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – roberta.possamai@gvmail.br

PELO MENOS desde a década passada, a economia mundial tem contado com duas locomotivas: os Estados Unidos e a China. Enquanto a economia norte-americana passa por um longo processo de retomada do crescimento, os chineses, após um extenso período de expansão muito acelerada, buscam recolocar sua economia em uma trajetória de crescimento mais sustentável. Apesar de algumas oscilações, em termos líquidos, os sinais acumulados ao longo do primeiro semestre sugerem que, hoje, estas duas economias conseguiram ficar mais distantes dos problemas que estavam preocupando os mercados no início do ano: risco de deflação na economia norte-americana e excesso de capacidade instalada ociosa na economia chinesa. Os números mais recentes não indicam que essas ameaças foram consistentemente afastadas, mas refletem boas notícias para o agronegócio brasileiro. Em que pesem as turbulências internas, os nossos produtores, por enquanto, podem olhar para fora com algum alívio.

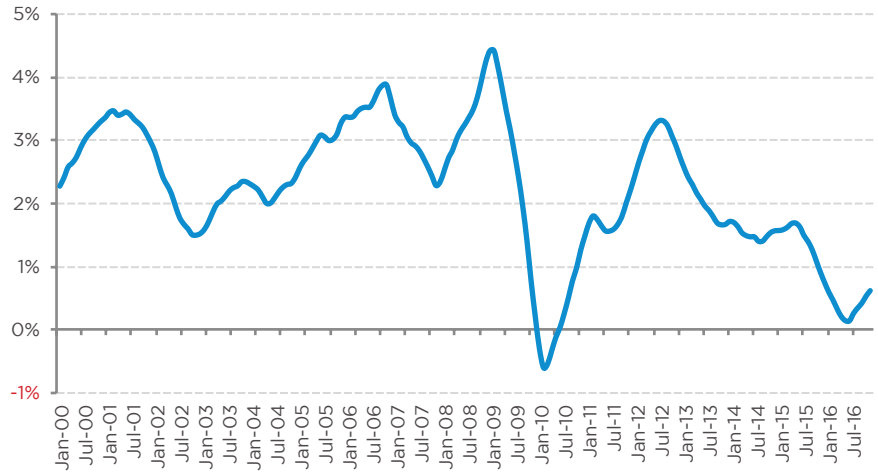
O AMBIENTE DEFLACIONÁRIO DA ECONOMIA MUNDIAL

Embora a economia brasileira esteja tendo que lidar com uma inflação alta e resistente, há alguns anos o mundo tem operado em um ambiente mais deflacionário. Por trás dessa menor pressão sobre os preços há dois grandes fatores:

- Desalavancagem nas economias avançadas: ao longo da década passada, as famílias e as empresas nas economias avançadas expandiram seus gastos, entre outros canais, por meio do crédito. Esse excesso de endividamento foi umas das causas que levou essas nações à crise econômica de 2008. Como estas famílias e empresas ainda prosseguem em um processo de redução do seu endividamento, a demanda nessas economias ainda apresenta fragilidade, afinal parte da renda continua sendo destinada à redução do endividamento, e não à ampliação do consumo. Esse processo gerou uma pressão menor sobre os preços, empurrando a inflação para baixo.

- Excesso de capacidade instalada na economia chinesa: desde a década passada, a China se tornou o maior fornecedor individual de bens industriais para o mundo. Entre 2000 e 2015, os chineses destinaram 42,3% do seu PIB, em média, para os investimentos. Ou seja, 42,3% de todos os bens e serviços finais produzidos na economia chinesa tiveram como destino final o próprio processo produtivo, ampliando-o ou tornando-o mais eficiente. Após esse longo período de fortes investimentos, os chineses acumularam uma capacidade industrial instalada acima da capacidade de absorção do seu mercado interno. Logo, o mercado externo foi o destino de parte significativa dessa produção. Com isso, a China inundou o mercado mundial com manufaturas a preços bem competitivos, empurrando a inflação para baixo em diversas economias.

INFLAÇÃO NOS EUA: PREÇOS AO CONSUMIDOR (VARIAÇÃO ACUMULADA EM DOZE MESES)
(DE JANEIRO DE 2000 A MAIO DE 2016)



Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics

ESTADOS UNIDOS: FINALMENTE A INFLAÇÃO COMEÇA A CRESCER

Uma das decisões mais aguardadas na economia norte-americana é o momento em que a presidente do Federal Reserve (o banco central dos Estados Unidos) fará uma nova elevação da taxa de juros básica norte-americana (atualmente, esta opera entre 0,25% a.a. e 0,50% a.a.). Embora a economia dos Estados Unidos esteja crescendo em um ritmo bastante razoável (2,4%, em 2015, e 0,5%, no primeiro trimestre deste ano) e a taxa de desemprego esteja em patamares baixos (5,3%, no final de 2015, e 5,0%, em abril de 2016), a inflação ainda continua operando em patamares muito baixos. Com isso, ainda há muito receio em elevar a taxa de juros e, equivocadamente, abortar a trajetória de crescimento da economia norte-americana.

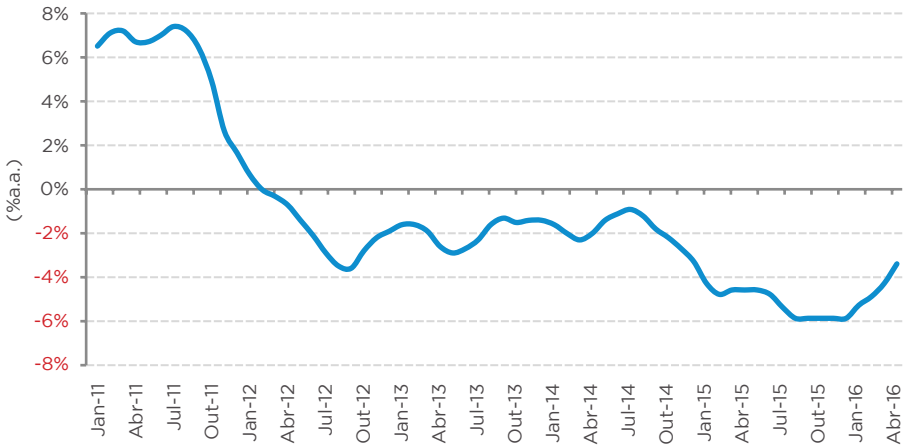
A boa notícia é que, ao longo do primeiro semestre deste ano, a inflação norte-americana acelerou; no final do ano passado, era de 0,1% e, ao final de maio deste ano, já tinha acumulado 0,6% na média móvel dos últimos doze meses. Embora possa soar estranho uma inflação mais alta ser algo bom, no caso da economia norte-americana o crescimento dos preços de forma mais acelerada sugere que a demanda agregada está se aquecendo, ou seja, que as famílias estão voltando a consumir, isto é, já realizaram boa parte do processo de redução do seu endividamento.

Caso esses números se confirmem ao longo dos próximos meses, aumentará a probabilidade de uma nova elevação da taxa de juros norte-americana ainda neste ano. Se, por um lado, isso levaria a uma leve contração nas cotações das *commodities* agrícolas, por outro, também levaria a uma leve desvalorização do real, tornando mais atraentes os preços recebidos internamente pelos produtores. Além disso, é bom que a economia mundial conte com a economia norte-americana mais fortalecida, mesmo que isso demande uma taxa de juros mais alta.

CHINA: FINALMENTE, OS PREÇOS DAS MANUFATURAS PASSARAM A CAIR MENOS

Um dos principais problemas enfrentados pela economia chinesa é o excesso de capacidade instalada ociosa do seu parque industrial. Após longos anos de maciços investimentos, atualmente, a China conta com uma capacidade industrial acima do que o seu mercado interno pode absorver. Como a demanda nas economias avançadas ainda não recuperou plenamente o seu fôlego e as economias emergentes estão crescendo menos, as exportações também não estão conseguindo fechar essa conta. Logo, devido ao excesso de oferta, os preços recebidos pelos produtores industriais chineses estão em queda há cinquenta meses (ou seja, desde 2012!).

PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES INDUSTRIAIS (MÉDIA MÓVEL = DOZE MESES)
(DE JANEIRO DE 2011 A ABRIL DE 2016)



Fonte: National Bureau of Statistics of China

Se, por um lado, esses preços continuam em trajetória de queda, por outro, ao longo do primeiro semestre deste ano, esta queda tem sido cada vez mais suave, sugerindo que, talvez, o mercado interno chinês esteja conseguindo absorver frações cada vez maiores da produção local e que o setor externo esteja se recuperando. A perspectiva de expansão mais consistente do mercado interno chinês é boa para os nossos produtores, pois indica que a demanda por alimentos por lá continuará aquecida.

Embora todos esses sinais ainda sejam frágeis, vale a pena comemorar algumas boas notícias, principalmente em um cenário interno com tantas turbulências. ■



SHUTTERSTOCK

ALTA DE PREÇOS NA SOJA

A SAFRA 2016/17 SERÁ MELHOR PARA O PRODUTOR

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

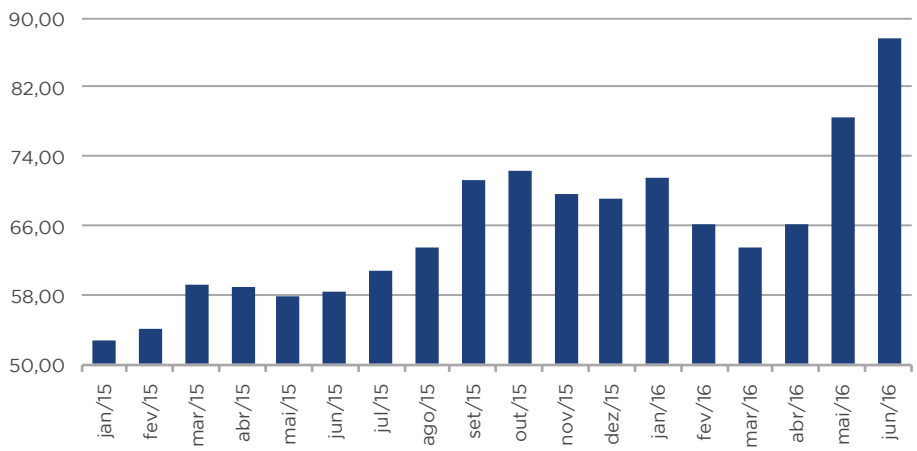
PARA A safra 2016/17, a expectativa é que o resultado do cultivo da soja seja positivo para o produtor, com números superiores aos de 2015/16. Em Rondonópolis, no estado do Mato Grosso, por exemplo – onde o produtor contabilizou prejuízo de R$ 93,07 por hectare na temporada passada –, em 2016/17 o lucro médio deve ser de R$ 863,68.

Alguns dos motivos foram a venda antecipada da produção e a alta no preço da soja no segundo trimestre deste ano. Em Rondonópolis, a saca de 60 quilos foi negociada, na média, por R$ 87,63 em junho. Este valor ficou 50% acima do registrado no mesmo período de 2015.

A demanda mundial tanto por grão, como por farelo de soja, está firme. O período é de entressafra no Brasil e de desenvolvimento vegetativo nos Estados Unidos. Maiores produtores mundiais da oleaginosa, estes dois países dão sustentação às cotações nos mercados brasileiro e internacional.

As preocupações com o desenvolvimento da cultura são fortes entre os meses de julho e agosto em importantes regiões produtoras dos Estados Unidos. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em junho último, estimou uma área plantada com soja no país de 33,27 milhões de hectares, contra 33,39 milhões na safra passada.

RONDONÓPOLIS-MT: PREÇO MÉDIO DA SOJA
(R$/SACA)



Fonte: Scot Consultoria

MATO GROSSO E PARANÁ: ESTIMATIVA DE LUCRO POR HECTARE DA PRODUÇÃO DE SOJA

		Rondonópolis-MT		Campo Mourão-PR	
		2015/16	2016/17	2015/16	2016/17
Produtividade média	Saca/ha	49,79	53,06	55,58	55,00
Custos de produção	R$/saca	3.197,97	2.970,44	3.046,28	2.996,91
Preço de venda	R$/saca	62,36	72,26	67,40	77,10
Receita	R$/ha	3.104,90	3.834,12	3.746,09	4.240,50
Lucro	R$/ha	-93,07	863,68	699,81	1.243,59

Fonte: Scot Consultoria; IMEA; DERAL

No mercado brasileiro de soja disponível, diante do estoque pequeno, houve uma forte valorização e, principalmente, grande comercialização antecipada da produção de 2016/17, para entrega futura. Quase um quarto da safra foi negociado para entrega futura até o final do semestre, acima do ano passado, que apresentou aproximadamente 17%.

MELHORIA DOS RESULTADOS ECONÔMICOS

Para 2016/17, além das recentes altas de preços registradas e das oportunidades de negócios, alguns pontos merecem atenção. Primeiramente, os custos de produção devem ser ligeiramente menores em relação aos da safra anterior, devido aos recuos do dólar em relação ao real. A moeda norte-americana tem grande impacto nos custos de fertilizantes e defensivos. Outra questão é o clima, que, a princípio, deve ser mais favorável no ciclo que se inicia no País. As expectativas iniciais apontam para aumento da produtividade média em 2016/17.

O Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (IMEA) estima, em média, 53,06 sacas de 60 quilos por hectare no Mato Grosso, frente às 49,79 sacas colhidas em 2015/16. Com o preço médio da soja no primeiro semestre de 2016, o lucro médio estimado é de R$ 863,68 por hectare em 2016/17.

Em junho, foram verificados negócios por até R$ 88,00 por saca na região de Rondonópolis. Para este nível de preço, o lucro médio seria de R$ 1.698,84 por saca, para venda antecipada. Este valor é 4,2 vezes maior do que o melhor resultado em 2015/16.

No Paraná, o lucro também deve ser maior na próxima safra. Na região de Campo Mourão, o lucro médio está estimado em R$ 1.243,59 por hectare, frente aos R$ 699,81 por hectare em 2015/16.

No curto e no médio prazos, é esperado que haja maior movimentação no mercado brasileiro de soja. Para o agricultor, o momento é favorável à comercialização da produção de 2016/17 ou à utilização de ferramentas de proteção dos preços de venda para a safra seguinte ou, ainda, à trava de preços para a troca por insumos.

O cenário mais otimista para a soja deve gerar aumento da área plantada com a cultura em 2016/17, em relação à safra anterior. Por fim, o clima é sempre uma incógnita. Em caso de revisão para baixo das produtividades médias previstas inicialmente, o impacto nos resultados é grande. ■

PECUÁRIA DE CORTE BRASILEIRA

O VALOR DO ZEBU

ANTÔNIO DO NASCIMENTO FERREIRA ROSA* GILBERTO ROMEIRO DE OLIVEIRA MENEZES* KADIJAH SULEIMAN*

* Pesquisadores da Embrapa Gado de Corte

A PECUÁRIA de corte brasileira enfrenta grandes desafios, ora por causa de problemas internos de ordem econômica e cambial, ora devido a políticas externas protecionistas e crises mercadológicas globais. Mesmo assim, os resultados positivos da atividade surpreendem o mundo.

Saindo de uma condição de carência alimentar e dependência externa, na década de 1970 do século passado, o País vem mantendo, desde 2004, a posição de maior exportador mundial de carne bovina, mesmo alocando 80% de sua produção para abastecimento de seus mais de 200 milhões de habitantes. Chegar a esse ponto, em espaço de tempo relativamente curto para a história de um país, não foi tão simples.

Os primeiros bovinos a entrarem no Brasil, no início da colonização, pertenciam à espécie *Bos taurus taurus*, proveniente da Península Ibérica. Após a adaptação ao novo ambiente, estes animais formaram os biótipos regionais denominados "crioulos", dentre os quais Caracu, Curraleiro, Lageano e Pantaneiro.

Somente depois de quase trezentos anos, a pecuária, até então calcada em gado europeu, passou a contar com os zebuínos da espécie *Bos taurus indicus*, provenientes, em sua maioria, da Índia, representados pelas raças Gir (Gyr), Guzerá (Kankrej) e Nelore (Ongole).

Sendo o Brasil um país predominantemente tropical, com clima semelhante ao da região de origem destes animais, a adaptação foi rápida. Com boas condições de criação, de um modo geral, o zebu foi, aos poucos, absorvendo a população crioula original.

Excluindo-se todo o gado de corte da região Sul, com 19,2 milhões de cabeças, onde predominam raças europeias, e a despeito de significativa utilização de zebu no estado do Paraná, estima-se que 87,7% do rebanho de corte nacional sejam de origem zebuína, descendente de apenas 8 mil reses importadas da Índia até o ano de 1962. Dentre os zebuínos, 121,6 milhões, 78% de todo o rebanho de corte brasileiro, têm a raça Nelore em sua composição genética predominante.

Não há dúvidas de que a capacidade de adaptação foi um ponto fundamental para explicar o protagonismo do zebu em nosso País. No entanto, além disso, é necessário reconhecer o competente trabalho de seleção e promoção dessas raças, conduzido há décadas por criadores e técnicos brasileiros, tornando-as cada vez mais eficientes e produtivas.

Na história da pecuária de corte brasileira, vale destacar o trabalho de cooperação técnica, iniciado em 1979, entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ). No início dos anos 80 do século passado, de forma pioneira em toda a América Latina, foram realizadas as primeiras avaliações genéticas, com lançamento regular dos sumários nacionais de touros. Essa tecnologia, hoje consagrada junto à cadeia produtiva, abriu caminho para várias outras tecnologias.

O Programa de Avaliação de Touros Jovens (ATJ), criado pioneiramente pela Embrapa, em 1991, e o Programa de Melhoramento Genético Geneplus-Embrapa, lançado em 1996, também proporcionaram resultados importantes. Estas iniciativas, juntamente com outras semelhantes de outras instituições, proporcionaram ao criador brasileiro galgar o posto de principal fornecedor de genética zebuína do mundo.

Fatores naturais são um privilégio para a pecuária nacional, com abundância de luz solar, terra e água. Mas, o setor produtivo vem fazendo sua parte e, a cada ano, evolui na aplicação de técnicas desenvolvidas pela pesquisa nas áreas de Solos, Pastagens, Genética, Nutrição, Saúde, Reprodução e Gestão. Por isso, o Brasil apresenta, mundialmente, custos de produção competitivos e elevada qualidade de produto final.

Desde 2014, no entanto, o consumo interno de carne bovina vem sofrendo retrações, como reflexo da atual conjuntura econômica, tendo baixado de 40 kg *per capita* para pouco mais de 30 kg, neste ano. No entanto, em médio e longo prazos, as expectativas são positivas, com a esperada retomada do crescimento e, especialmente, em vista do cenário de aumento da demanda externa. Sinais alentadores, nesse sentido, vêm sendo comprovados pelo início ou pela retomada de exportações para importantes mercados, tais como os da China, do Japão, da Coreia do Sul, dos Estados Unidos, do Canadá e do México.

Atender a demanda de carne para o mercado interno e para o mundo não será uma tarefa simples. Por outro lado, a utilização dos recursos genéticos zebuínos, seja como raças puras ou em cruzamento com raças taurinas e compostas, continuará sendo imprescindível nesse processo. ■

BRASIL: PECUÁRIA DE CORTE EM 2014

Rebanho total	Milhões de cabeças	210,60
Rebanho de corte (74%)	Milhões de cabeças	155,80
Abate	Milhões de cabeças	42,00
Produção equivalente carcaça	Milhões de toneladas	10,07
Exportação	US$ bilhões	7,10
Exportação	Milhões de toneladas	2,09
Consumo anual *per capita*	Quilos	39,00

Fonte: MAPA (serviços veterinários estaduais de 2014); Abiec

EXPRESSÃO ECONÔMICA DO MERCADO DE GENÉTICA BOVINA NO BRASIL

A predominância do sistema de reprodução em monta natural implica uma demanda anual de 320 mil touros Nelore. Além da magnitude deste número, esta raça ocupa a primeira posição no mercado nacional de sêmen. Em 2014, foram produzidos 3,4 milhões de doses, o equivalente a 58% de um total de 5,9 milhões, considerando todas as raças de corte.

Merecem destaque, ainda, as raças zebuínas Brahman, Guzerá, Tabapuã, Sindi e Indubrasil, com produção conjunta de aproximadamente 0,5 milhão de doses, 8% do mercado para as raças de corte. Estes valores, somados aos do Nelore, indicam que mais de dois terços de todo o sêmen bovino para corte produzido no Brasil são de origem zebuína.

MERCADO DE BEBIDAS

A GUERRA DOS SUCOS

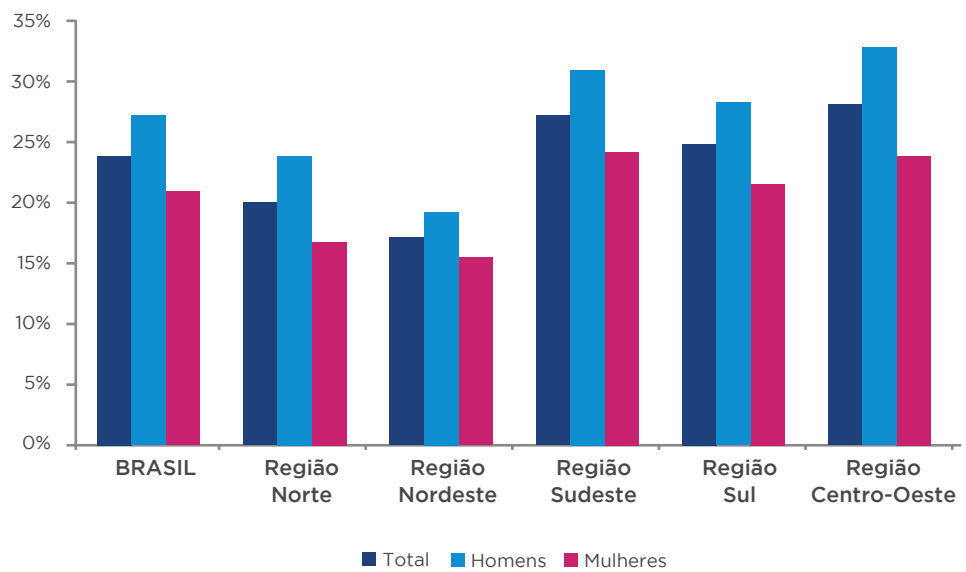
IRENE RAGUENET TROCCOLI
Docente da Universidade Estácio de Sá

AO INÍCIO de 2016, a empresa de pesquisas de mercado Nielsen previu que as vendas de sucos no mercado brasileiro deverão ser inferiores às de 2015, alcançando não mais do que 903 milhões de litros. Essa retração é preocupante, porque, embora a receita equivalente tenha crescido (ainda que em termos nominais) em 3,3% entre 2014 e 2015 e chegado a R$ 4,9 bilhões, já se registrara queda da ordem de 3,7% no volume de vendas neste período.

Por outro lado, a Nielsen previu, também, que cresceriam as vendas dos sucos situados em nichos de maior valor agregado, apesar de se caracterizarem por preços mais elevados. Ou seja, deverão aumentar seu *market share*, na contramão dos sucos de segmentos considerados maduros, como é o caso dos chamados néctares – bebidas em cuja composição a participação do suco da fruta pode não ultrapassar 25%.

Uma categoria promissora são os chamados "sucos funcionais" – as bebidas misturadas com frutas, verduras e temperos. Sua proposta é a de terem a vantagem de fornecer nutrientes que podem não estar sendo ingeridos nas quantidades ideais no

BRASIL E REGIÕES GEOGRÁFICAS: PROPORÇÃO DE PESSOAS DE DEZOITO ANOS OU MAIS DE IDADE QUE CONSOMEM REFRIGERANTES AÇUCARADOS REGULARMENTE
(POR SEXO – 2013)



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde 2013 (IBGE)

dia a dia dos consumidores, embora presentes nos alimentos. Portanto, podem trazer benefícios ao organismo.

Contudo, de acordo com o estudo Brasil Food Trends 2020 (pesquisa divulgada em 2010 pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos – ITAL –, com projeções do consumo de alimentos no País para até o ano de 2020), 70% dos consumidores brasileiros não sabem o que é um alimento funcional ou apenas já ouviram falar, e 51% acreditam apenas parcialmente que estes alimentos sejam benéficos à saúde.

Assim, o mercado brasileiro de alimentos funcionais – considerando-se bebidas e comestíveis – tem se apoiado na parcela da população que lhe conhece os benefícios, com renda suficiente para adquiri-los, mas que também mira na praticidade trazida pela aquisição de um alimento pronto para consumo.

A consultoria internacional Euromonitor estimou que, em 2015, as vendas no Brasil dos comestíveis embalados com características funcionais e com adições de fortificantes (como Chamyto®) tenham sido impulsionadas principalmente pela demanda feminina, alcançando receita de R$ 25,4 bilhões. Em comparação com 2014, este valor foi 10% superior, mas, por outro lado, ficou inferior aos 14% inicialmente esperados pela consultoria, devido à crise econômica do País e ao gradual amadurecimento do setor. A mesma fonte prevê que, até o ano 2020, a média anual de crescimento da receita nesse setor deverá manter-se em 5%.

Esse horizonte favorável aos alimentos funcionais no Brasil é complementado pelas estimativas da Euromonitor para a categoria denominada "bebidas funcionais/fortificadas", que reúne energéticos (como o Red Bull®), bebidas em pó à base de chocolate e com sabor (como o Nesquik®), concentrados (como *whey protein*) e bebidas esportivas (como o Gatorade®). Suas vendas em 2015 no mercado brasileiro teriam chegado a R$ 8,2 bilhões, 11% acima daquelas de 2014. Adicionalmente, a mesma fonte informa que, entre 2015 e 2020, estas vendas deverão crescer 7% anualmente em termos médios, chegando a R$ 11,6 bilhões ao final do período. ■

TENDÊNCIAS DOS MERCADOS ALIMENTARES

Esses fenômenos convergem com a informação do relatório Brasil Food Trends 2020 de que, seguindo as tendências mundiais do consumo de alimentos, os consumidores brasileiros estarão crescentemente buscando saudabilidade e bem-estar. Ou seja, intensifica-se a procura por um estilo de vida saudável, à luz do envelhecimento das populações e das descobertas científicas que vinculam determinadas dietas a doenças, bem como da renda e do estilo de vida nas grandes cidades.

Contudo, o caminho a trilhar nessa direção ainda pode ser longo e diferenciado entre as regiões geográficas do Brasil. Isso é o que mostram os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde 2013, estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apresentou a percepção do estado de saúde, dos estilos de vida e das doenças crônicas nos moradores de domicílios particulares do país como um todo naquele ano.

No capítulo relativo aos estilos de vida, os resultados dessa investigação sobre os hábitos de consumo alimentar, por meio de indicadores de padrões não saudáveis, ressaltavam o consumo regular (significando pelo menos cinco dias da semana) de refrigerante açucarado ou sucos artificiais. No caso das pessoas de dezoito anos ou mais de idade, em 2013, quase 23,4% tinham esse hábito, mais frequente entre os homens (26,6%) do que entre as mulheres (20,5%). Em termos regionais, a menor proporção foi de 16,8% no Nordeste, subindo para 26,8% e 27,7% nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, respectivamente.

TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO

A NOVA UNIDADE DE PRODUÇÃO

DA REDAÇÃO

O SISTEMA agropecuário passa por uma verdadeira revolução de seu processo produtivo. Quem não conseguir adaptar-se a ela vai acabar ficando pelo caminho.

Na segunda metade do século passado, vários especialistas escreviam dizendo que as grandes empresas entravam no setor apenas quando conseguiam grandes subsídios ou encontravam posição monopólica. A razão para tal fato explicava-se por baixa taxa de lucro motivada por várias causas, como:

- Ociosidade de capital – por exemplo, uma colheitadeira trabalhava menos da metade do ano;
- Falta de controle do processo produtivo – como controlar o clima? –, intervalo grande de tempo de crescimento da cultura ou da criação e falta de controle sobre a produtividade do trabalho, dada a dispersão espacial;
- Compra dos insumos de produção de organizações oligopólicas (sementes, defensivos, adubos) e venda em concorrência perfeita – os lucros ficam espremidos.

Esses fatores contribuem para reduzir a taxa de lucro do setor. Como comparar essa atividade com uma linha de montagem, por exemplo? Vale lembrar que o capitalismo evoluiu de artesãos independentes até a linha de montagem, para que o processo de trabalho pudesse ser completamente controlado e a ociosidade do capital fosse reduzida a zero.

Esses argumentos eram relacionados às propriedades familiares, que dominavam a agropecuária norte-americana. Eram muito raros os casos de grandes empresas que entravam no setor.

No Brasil, as grandes empresas apareciam onde havia subsídios governamentais pesados (por exemplo, onde havia projetos da SUDAM, da SUDENE e do Proálcool). Alguns estudos da época mostravam que, para se montar uma destilaria, os juros altamente subsidiados poderiam representar que o custo real da unidade ficava em torno de 60% do valor! Apareciam, também, grandes empresas em situações em que era possível desenvolver uma posição oligopólica, como, por exemplo, no setor citrícola.

Praticamente meio século depois, a tecnologia evoluiu no sentido de aperfeiçoar o controle do processo produtivo, reduzir bastante a ociosidade do capital e, portanto, elevar a taxa de lucro de um setor que tem demanda garantida por seus produtos.

Em sua edição da semana de 11 de junho de 2016, a revista The Economist apresentou um conjunto de artigos discutindo os principais gargalos tecnológicos na agricultura e as inovações que poderiam aumentar o controle sobre a produção permitindo que a Revolução Verde possa prosseguir.

FAZENDAS INTELIGENTES: USANDO NOVAS TECNOLOGIAS DE FORMA INTEGRADA

O conceito de fazenda inteligente (*smart farm*) engloba a adoção de diversas tecnologias de forma integrada visando reduzir a utilização de insumos e o impacto sobre o meio ambiente e, ainda assim, obter ganhos de produtividade. Para isso, é necessário um sistema informatizado que permita analisar as principais variáveis afetando o desenvolvimento das plantações (clima, solo, declividade etc.) e propor a melhor solução para resolver os problemas de forma economicamente viável. Uma tecnologia fundamental nesse processo é o georreferenciamento por meio de sistemas de GPS embarcados em tratores e colheitadeiras. A partir do início dos anos 2000, a utilização destes equipamentos vem


SHUTTERSTOCK

permitindo a melhor distribuição das plantações e de sua adubação, com uma redução de até 40% no uso de combustível, além de evitar a compactação do solo e outros problemas que advinham da "livre" circulação desse maquinário.

O GPS permite, ainda, que novas informações sejam coletadas e organizadas após a colheita. Novas colheitadeiras possuem sensores que analisam as amostras colhidas e o solo por meio de imagens multiespectrais. Estas informações visuais podem ser complementadas por imagens aéreas geradas por aviões tripulados ou *drones* (o que tem barateado substancialmente essa opção), permitindo mapear as áreas com maior produtividade em uma lavoura. Assim, é possível saber quais cultivos são mais adequados para cada localidade e como é possível corrigir o déficit de produtividade em algumas regiões. E essas informações podem ser inseridas em um mesmo sistema integrado que permite planejar melhor as próximas safras.

A existência de tantas tecnologias complementares está afetando não só as propriedades rurais, mas também a própria indústria que fabrica tais tecnologias. No passado, tal indústria vendia tecnologias separadas, havendo uma relativa especialização das empresas em certos insumos (ex.: Monsanto em sementes, Bayer em defensivos etc.). Atualmente, essas grandes empresas buscam desenvolver e vender soluções mais complexas, como *softwares* que permitem a gestão conjunta de todos os insumos. Isso está levando ao desenvolvimento de parcerias e até à possível fusão de grandes empresas, como a Dow Chemical e a DuPont.

AS PLANTAS DO FUTURO: O QUE A GENÉTICA AINDA PODE FAZER?

O uso de tecnologia genética vem permitindo não somente a maior resistência a pragas, como se observou no passado em plantações de milho, como também um maior controle das principais variáveis que afetam a produtividade agrícola. O melhor entendimento do DNA permite que se "edite" partes específicas do genoma de forma a simular as mutações genéticas ocorridas na natureza, mas com um nível de controle superior e visando à elevação da produtividade.

Juntamente com outras tecnologias, novas técnicas genéticas devem permitir uma redução no uso de recursos naturais, especialmente hídricos. Uma das principais barreiras existentes para a agricultura na atualidade refere-se à falta de água. Mesmo em regiões que historicamente não apresentavam esta limitação, observam-se restrições crescentes, o que afeta os custos produtivos. Desta forma, sistemas de fertirrigação cada vez mais informatizados e inteligentes vêm se tornando viáveis devido à economia de insumos que proporcionam. A eficiência de tais sistemas depende de características genéticas das plantas.

Até mesmo o processo de fotossíntese pode ser melhorado por novas técnicas. Cientistas vêm buscando elevar a eficiência deste processo por meio da introdução de novas enzimas que tornam o processamento mais eficiente e das melhorias na clorofila que permitem um melhor aproveitamento da energia solar pelas plantas. Tais técnicas já vêm sendo introduzidas em plantas como o arroz, o que poderia elevar a produtividade em até 50%. Vale lembrar que o arroz é uma das culturas que vêm enfrentando maior limitação de aumentos da produtividade, dado que não se beneficiou tanto de tecnologias genéticas como milho e soja. Desta forma, uma nova Revolução Verde poderia ocorrer neste que é o segundo produto agrícola mais relevante, atrás apenas do trigo.

O sucesso desses novos avanços genéticos depende não só da disponibilidade das novas tecnologias, mas também da opinião pública sobre os produtos transgênicos. Mesmo que, até o momento, as pesquisas disponíveis não apontem risco de contaminação humana ou ao meio ambiente, sempre coube aos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) o ônus de provar sua "inocência". Apesar da maior aceitação dos OGMs em produtos não alimentares (algodão) ou que não são consumidos diretamente pelo homem (milho e soja são mais utilizados para ração animal), a extensão desta tecnologia para produtos de consumo humano direto pode gerar reações que colocam em risco a viabilidade do investimento nessas tecnologias. Imagine o prejuízo de uma empresa que investe milhões no desenvolvimento de uma variedade que, depois, é proibida pelas autoridades ou boicotada por consumidores.

E parece que as novas técnicas genéticas estão levando a reação dos consumidores em consideração. De forma geral, as novas técnicas vêm caminhando mais no sentido de direcionar e otimizar as mutações genéticas que ocorreriam naturalmente e, assim, complementar o processo de escolha de sementes mais adequadas, o que já era realizado muito antes do desenvolvimento dos OGMs. Isso poderia reduzir a resistência por parte de consumidores e evitar as contestações sofridas pelos transgênicos que passaram por alteração no *core* do DNA.

A forma como essas mutações serão induzidas ainda vem sendo testada, mas várias rotas já se mostram promissoras. Dentre as opções existentes, o uso controlado de bactérias ou vírus que induzem transformações no código genético das plantas destaca-se como a melhor forma de editar o DNA. Essas técnicas já vêm sendo testadas no trigo, que ficou à margem dos avanços genéticos anteriores, especialmente por ser um produto de consumo alimentar direto.

SHUTTERSTOCK



Outros produtos que também haviam ficado de fora dos avanços genéticos anteriores, seja pela reação de consumidores ou pela falta de interesse econômico das empresas que desenvolvem sementes, parecem ganhar uma nova chance. A mandioca, uma importante fonte de carboidratos para a alimentação humana, especialmente em nações com menor nível de desenvolvimento, já vem sendo estudada por cientistas que buscam aplicar as novas técnicas. As novas variedades, além de serem mais resistentes e menos dependentes de água, possuem maior valor nutricional. E tudo isso com uma produtividade até duas vezes superior à das linhagens convencionais.

TECNOLOGIA NA PECUÁRIA: ELEVANDO A PRODUTIVIDADE E O BEM-ESTAR ANIMAL

Apesar de novas técnicas para criação de animais terem contribuído substancialmente para elevar a produtividade nas últimas décadas, a forma como a produção pecuária vem sendo organizada em moldes industriais levanta preocupações acerca do bem-estar dos animais.

Nesse sentido, novas tecnologias usadas para monitorar os animais permitem elevar tanto o bem-estar, como a produtividade. Na pecuária bovina, uma série de sensores que medem desde a composição química do estômago até os movimentos dos animais permite que problemas sejam detectados com maior agilidade pelos criadores. Os sensores indicam se o animal está doente e, até mesmo, se está em tempo para inseminação, elevando as chances de sucesso neste processo.

O uso da genética na pecuária ainda é controverso, porém avanços vem ocorrendo. Pelo mesmo motivo mencionado com relação a alterações no genoma de plantas consumidas diretamente pelo homem, consumidores ainda se mostram resistentes a técnicas que mudem radicalmente o DNA dos animais. Por isso, as novas técnicas em desenvolvimento buscam ajustes pontuais no código genético, e não alterações radicais como por meio da importação de genes de outras espécies. Nesse sentido, pesquisadores vêm buscando alterar características físicas, como a existência de chifres, que pode dificultar a lida com os animais, ou a massa muscular, que pode tornar a carne menos adequada para o consumo humano.

O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA AGRICULTURA DO FUTURO

É relativamente óbvio que as tecnologias mencionadas acima têm grande potencial para elevar a produtividade e transformar a agricultura em todas as partes do Planeta. Espera-se, assim, que a Revolução Verde continue e espante o fantasma malthusiano de que o mundo acabaria em fome e miséria com o crescimento populacional. Da mesma forma, a visão ludista que a tecnologia só causa desemprego parece fazer pouco sentido.

A tecnologia genética e a agricultura de precisão devem espalhar-se por todos os países e transformar, principalmente, a agricultura e a alimentação nas nações mais pobres. Apesar de outros problemas de infraestrutura ainda limitarem a agricultura em regiões de baixo desenvolvimento, como a África, a tecnologia na agricultura tende a trazer um importante incremento na renda dos agricultores, de forma a permitir que tenham acesso a alimentação e itens tecnológicos já disponíveis em outras partes do globo.

Quando olhamos o potencial do Centro-Oeste brasileiro ou da região denominada MAPITOBA, não enxergamos mais uma fazenda à moda antiga, pois muitas propriedades já são verdadeiras "unidades industriais", com utilização de satélites, brigadas mecanizadas e evoluídos sistemas computacionais e de irrigação, com tecnologia genética avançada.

Claro está que, além da revolução tecnológica, não se pode esquecer os ciclos de produção e alterações de mercado. Talvez dois dos melhores exemplos sejam o da laranja e o da cana-de-açúcar. Nos anos 60 e 70 do século passado, os citricultores ganharam muito dinheiro. Mudanças no mercado (com a competição de outras bebidas) e na base técnica de produção (tratamento fitossanitário, por exemplo) praticamente tornaram muito difícil a vida do produtor independente. Já a cana-de-açúcar, que nem de perto conseguia competir com a citricultura, graças à revitalização do etanol fez com que muitos proprietários vivam hoje do arrendamento de suas terras para grandes unidades industriais.

O mundo tem impressionante dinamismo. É preciso estar atento! ■



CADERNO ESPECIAL

CENÁRIO DIFÍCIL, MAS COM CONQUISTAS

ELEITO COM mais de 60% dos votos, o engenheiro agrônomo Endrigo Dalcin, de Nova Xavantina, assumiu a presidência da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja) numa conjuntura político-econômica desfavorável. A instabilidade política no Brasil, que culminou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, e a crise econômica somaram-se à irregularidade do clima, tornando o ciclo 2015/16 imprevisível.

Em seus primeiros seis meses frente à associação, no entanto, Dalcin já soma pelo menos duas conquistas históricas: assinou, em abril, um memorando com o governo chinês para facilitar a entrada da soja mato-grossense no mercado que mais cresce no mundo; e, em maio, viu cair a obrigatoriedade do seguro rural como condicionante para acesso a linhas de financiamento agrícola.

"Agora, vamos focar para dentro da porteira, ajudando o agricultor a tomar decisões para reduzir custos, aproveitar os recursos existentes e aumentar a produtividade", afirma. Até agosto, Dalcin e a Diretoria vão literalmente a campo para tratar desse cenário com os agricultores. "É assim que fazemos a Aprosoja: olho no olho e pé na estrada", afirma Dalcin.



Endrigo Dalcin, presidente da Aprosoja Mato Grosso

SOJA PLUS SE TORNA "PASSAPORTE" PARA MERCADO EXTERNO

Grandes consumidores da soja mato-grossense, Europa e China saíram do campo das ideias para concretizar, em 2016, uma relação comercial diferenciada com os agricultores representados pela Aprosoja. O objetivo é priorizar a produção sustentável de soja, facilitando sua entrada nos concorridos mercados chinês e europeu.

Apesar do grande potencial produtivo, Mato Grosso enfrenta a desconfiança de mercados externos quanto à sustentabilidade socioambiental de suas propriedades rurais. "Ainda há muita desinformação sobre como produzimos. Quando detalhamos nossas práticas, a receptividade muda", pondera Endrigo Dalcin, engenheiro agrônomo, agricultor e presidente da Aprosoja.

No foco central dos mercados consumidores, está o programa Soja Plus, criado pela Aprosoja e desenvolvido em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE). Orientando os agricultores sobre como se adequar às legislações ambiental e trabalhista, o programa já soma aproximadamente 950 produtores em Mato Grosso. Técnicos da Aprosoja visitam as propriedades identificando o estágio de adequação de cada uma e mostrando melhorias que ainda precisam ser feitas.

A China Soybean Industry Association (CSIA), instituição ligada ao Ministério da Agricultura chinês e representante de 700 associados entre produtores rurais, processadores e *traders*, atestou a importância do Soja Plus. Em 8 de abril último, a CSIA aderiu formalmente ao programa, num sinal de que, para o mercado chinês, os agricultores participantes são diferenciados.

"Na prática, significa que o governo chinês considera a soja mato-grossense sustentável. Os agricultores em transição para práticas mais sustentáveis terão tratamento diferenciado", explica Dalcin. O presidente da Aprosoja assinou o documento de cooperação ao lado do secretário-geral da ABIOVE, Fábio Trigueirinho, e do vice-presidente executivo da CSIA, Liu Denggao. O foco, agora, é desenvolver um "sistema justo de incentivos" para apoiar agricultores.

O mesmo caminho parece estar próximo com interlocutores do mercado europeu. As tratativas estão sendo feitas com a Federação das Indústrias de Rações da Europa (Fefac). Criada em 1959, a Fefac reúne, hoje, 33 membros, responsáveis por 153 milhões de toneladas de produção de alimentos. Seu desafio é garantir matéria-prima para atender a demanda por alimentos sustentáveis, e a intenção é que o Soja Plus possa funcionar como "passaporte" ao mercado europeu.



Dia histórico na China: Ricardo Arioli, consultor; Endrigo Dalcin, presidente da Aprosoja; e Marcos da Rosa, presidente da Aprosoja Brasil

UM JOGO ENTRE OS MAIORES

A aproximação entre a Aprosoja e representantes dos mercados europeu e chinês tem impacto no jogo mundial da soja. No tabuleiro, jogam não apenas os dois maiores importadores de soja do mundo, como também o *player* que, hoje, tem as melhores condições para continuar crescendo: Mato Grosso.

Maior produtor nacional de algodão, soja, carne bovina, milho e girassol, Mato Grosso chegou aos 29,3 milhões de toneladas de soja na safra 2016/17, segundo estimativas do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA). Essa *performance* posiciona o estado como responsável por 28% da produção brasileira de soja e 9% da sojicultura mundial. Além da grande produção de alimentos, Mato Grosso pode ampliar ainda mais os números sem precisar abrir novas áreas. Com a conversão de pastagem em agricultura, é possível adicionar 15,6 milhões de hectares à área atualmente plantada.

Do outro lado do balcão, estão os dois compradores de soja mais ávidos da atualidade. Dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) mostram que, na safra 2014/15, a China manteve a liderança entre as nações importadoras de soja, com 78,35 milhões de toneladas comercializadas. Em seguida, está a União Europeia, com 13,39 milhões de toneladas adquiridas.

Os dois mercados também fazem a diferença para Mato Grosso. Os chineses responderam por 55% das vendas mato-grossenses de janeiro a maio deste ano, num total de 6,9 milhões de toneladas. Os países europeus vêm em seguida, com 20% de participação e 2,5 milhões de toneladas.

A situação é um pouco mais crítica para os europeus, cuja produção própria de soja chega a apenas 2% do que consomem. O déficit de matérias-primas ricas em proteína já chega a 75%, segundo dados da Fefac – o que só amplia a dependência das compras feitas na América do Sul, com destaque para o Brasil, que, hoje, chega a 90% das compras totais.

EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO SOJA DE MATO GROSSO
(JANEIRO A MAIO DE 2016)

Mercado	Volume	Participação
União Europeia	2,5 milhões de toneladas	19%
China	6,9 milhões de toneladas	53%
Total	**12,9 milhões de toneladas**	**100%**

Fonte: IMEA

PAUTA DO SOJA PLUS EM 2016 INCLUI VERTENTE AMBIENTAL

Completando cinco anos em 2016, o programa Soja Plus passou os primeiros anos consolidando entre os agricultores mato-grossenses as orientações sobre as exigências da legislação trabalhista e de segurança no trabalho. Agora, em junho, um novo foco foi adicionado à agenda: o passo a passo sobre como se ajustar a todas as regras previstas pelo Código Florestal.

Apesar de ter sido sancionado em 2012, o Código Florestal deixou, à época, uma série de detalhes sem regulamentação. Agora, com a implantação de fato do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da regulamentação estadual do Programa de Regularização Ambiental (PRA), as regras e as exigências ficaram mais claras. "Passamos a ter todos os regramentos definidos para podermos orientar nosso associado", explica a analista de projetos Cristiane Sassagima, responsável pelo programa na Aprosoja.

Uma parceria foi firmada com as Organizações Não Governamentais (ONGs) TNC Brasil e Agroicone para a realização de oficinas gratuitas em todo o estado. O conteúdo vai da gestão de resíduos na propriedade rural às exigências do Código Florestal, passando pelo CAR e pelo PRA. Os treinamentos ocorrem de junho a julho.

O Soja Plus é um programa de gestão rural que já reúne 950 agricultores em Mato Grosso. Cria-



A devida sinalização da propriedade rural é uma das exigências legais monitoradas pelo programa Soja Plus

do pela Aprosoja e desenvolvido em parceria com a ABIOVE, foi levado para outros estados brasileiros, como Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso do Sul.

A adesão ao programa é gratuita. Aderindo ao Soja Plus, o agricultor recebe uma visita de um supervisor de projetos da Aprosoja, que realiza um diagnóstico sobre a situação daquela propriedade em relação às exigências legais. Além do diagnóstico, os técnicos orientam os produtores rurais e distribuem materiais de apoio e suporte. Num segundo momento, é feita uma revisita para o processo de melhoria contínua da propriedade.

GESTÃO RURAL NA PAUTA ESTRATÉGICA

Se, em 2015, o foco principal da Aprosoja foi debater com os agricultores o manejo do sistema produtivo, o grande desafio desenhado em 2016 está sendo a gestão da propriedade. Dois aspectos, não gerenciáveis pelos produtores rurais, levam a esse cenário: a irregularidade climática e os riscos econômicos advindos do cenário político nacional e estadual.

"O que pode ser feito, porteira adentro, para que o agricultor permaneça na atividade de forma competitiva? Esta está sendo a nossa questão crítica", observa o diretor técnico da Aprosoja, Nery Ribas.

Não é à toa. O ano-safra 2015/16 foi *sui generis*: o veranico, marcado por alta temperatura e falta de chuva, prolongou-se em várias regiões de Mato Grosso e interferiu diretamente na janela de plantio da soja; e a estiagem afetou, principalmente, as regiões leste e norte do estado, mesmo com a ocorrência de chuvas irregulares no final de dezembro.

O IMEA, alerta aos sinais de preocupação emitidos no campo, realizou cinco levantamentos de safra entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2016. Em duas regiões, as produtividades médias consideradas péssima (abaixo de 40 sacas por hectare) e regular (entre 40 e 50 sacas/ha) ficaram acima da média estadual.

As regiões nordeste, que engloba municípios do leste mato-grossense, e médio-norte, no chamado eixo da BR-163, foram as mais críticas. "Pontualmente, houve situações bem críticas, o que levou algumas prefeituras a declararem estado de

emergência", informa o presidente da Aprosoja, Endrigo Dalcin. Seis municípios tiveram situação de emergência homologada pelo estado, incluindo Sorriso – maior produtor estadual e nacional.

No cômputo final do ciclo 2015/16, a área plantada com soja somou 9.203.780 hectares, 2,06% a mais do que no ciclo anterior. Porém, a produção propriamente dita caiu 3,92%, com a colheita de 27.497.127 toneladas do grão. Com relação à produtividade média, houve um decréscimo de 5,2%, passando de 52,89 sacas/ha para 49,79 sacas/ha.

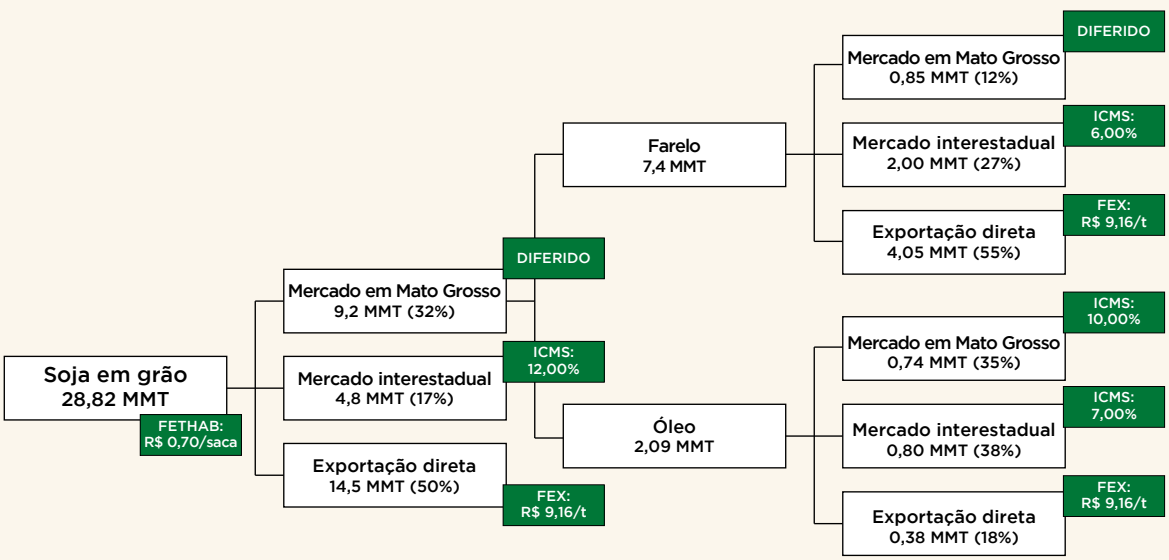
Uma das consequências dessa anormalidade climática foi o atraso da janela de plantio do milho 2ª safra. Dados levantados pela Aprosoja durante o Circuito Tecnológico – Etapa Milho mostraram que os produtores estavam um pouco pessimistas. Se, na safra 2015 de milho em Mato Grosso, a produtividade média foi de 113 sacas/ha, a perspectiva para o ciclo 2016 caiu para 98 sacas/ha – uma queda de 13,2%. A região leste foi, novamente, a mais prejudicada. Lá, a projeção declarada pelos agricultores apontou um decréscimo de 42,5% em relação a 2015.

CUSTO DE PRODUÇÃO DA SOJA GANHA NOVO COMPONENTE EM MATO GROSSO

O clima não foi o único desafio encarado pela Aprosoja no início de 2016. Apesar de ser uma instituição do terceiro setor, a saúde financeira do governo do estado de Mato Grosso se tornou pauta da associação.

Quando o governador Pedro Taques sinalizou que não teria condições de aplicar o Reajuste Geral Anual (RGA) aos servidores públicos, alguns parlamentares e sindicalistas passaram a defender que a saída era aumentar a carga tributária da agricultura e da pecuária. Visitas a parlamentares, diálogos com o governo do estado, elaboração de estudos e muitas entrevistas tornaram-se a agenda central da Aprosoja no início do ano. O objetivo era deixar clara a contribuição dada por agricultores à economia de Mato Grosso.

SOJA: SAFRA 2014/15*



* Estimativas referentes a maio de 2015
Fonte: IMEA/SECEX/SEFAZ

Responsável por 50,6% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em Mato Grosso, o agronegócio contribui com 50,5% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. Além disso, em 2015, o setor movimentou mais de R$ 5 bilhões em salários para trabalhadores com carteira assinada.

No início de junho, o governador garantiu não ter planos de ampliar a taxação da comercialização da soja ou limitar os volumes destinados à exportação. Mas, não houve tempo para comemorar, pois, em seguida, Taques criou o Fundo Estadual de Transporte e Habitação (FETHAB) regional, dobrando o valor da contribuição dos agricultores para custear investimentos na infraestrutura de logística do estado.

O novo fundo passa a valer em 1º de julho. Até então, os produtores de soja recolhiam R$ 0,69 por saca de soja. Com o "novo" FETHAB, essa contribuição será adicionada com mais R$ 0,69/saca. Em 2015, a cadeia produtiva da soja arrecadou R$ 241.366.169,00 para o FETHAB original, o que correspondeu a 73% da arrecadação do fundo sobre *commodities*.

Assim, o ciclo 2016/17 vai começar com um novo item compondo o custo de produção dos agricultores em Mato Grosso.

PARTICIPAÇÃO DO AGRO NA ARRECADAÇÃO

INDICADORES GERAIS DE ARRECADAÇÃO* (R$ MILHÕES)

Arrecadação	Geral em Mato Grosso	Agronegócio	Arrecadação (%)
ICMS	7.918,3	3.959,2	50%
FETHAB	791,2	559,9	71%
FEX**	296,7	296,7	100%
Total	**9.006,2**	**4.815,8**	**53%**
ICMS não aproveitamento de crédito	–	900,0	0%
Total	**9.006,2**	**5.715,8**	**63%**

* Com base nos percentuais do estudo realizado pela FGV em 2013
** Cooperação do governo federal
Fonte: FGV; IMEA; SEFAZ



Aumento de 100% no valor do FETHAB foi aprovado pelo Conselho Diretor do fundo

ASSOCIAÇÃO FOMENTA DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS LIGADAS AO AGRO

Os enfrentamentos cotidianos que a representação de classe impõe à agenda da Aprosoja não tiram a formação de lideranças das ações estratégicas desenvolvidas pela organização. O desenvolvimento de pessoas tem impulso em três grandes projetos da associação: a Academia de Liderança, destinada aos líderes regionais; o Agrocientista, focado em pesquisadores de Mestrado e Doutorado; e o Profissionais do Futuro, que seleciona estagiários.

A Academia de Liderança é um programa de educação corporativa voltado para a formação de líderes. O público-alvo é composto por delegados – representantes eleitos pelo voto dos associados para a atuação nos principais municípios produtores. Realizado pela Aprosoja e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso (SENAR-MT), o programa é gratuito e transcorre em dois anos. A demanda é tanta que, neste ano, foi preciso dividir a turma em duas: foram setenta alunos inscritos.

Outra iniciativa bem-sucedida na área de formação de pessoas é o Agrocientista, um programa que concede bolsas de estudo e auxílio a pesquisa acadêmica. A cada ano, um tema central é definido para a seleção das propostas. Podem pleitear o benefício alunos de cursos de Pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat). As bolsas são de R$ 1.500,00/mês para Mestrado e R$ 2.200,00/mês para Doutorado.

"Selecionamos temas de pesquisa que sejam aplicáveis para agricultura e que possam efetivamente resultar em novas práticas em campo", pontua a agrônoma Roseli Giachini, vice-presidente da Aprosoja e doutora em Agricultura Tropical – uma das responsáveis pela banca de seleção.

O programa Profissionais do Futuro, realizado em parceria com a FMC, seleciona doze estagiários de Agronomia para passarem todo o ciclo agrícola da soja em uma propriedade mato-grossense. A oportunidade é um diferencial entre iniciativas similares.

"Enquanto os estágios das faculdades duram cerca de um mês, o nosso tem duração de cinco meses, o que permite aos participantes acompanharem todo o ciclo da soja, desde o preparo do solo até a colheita", explica a analista de projetos Cristiani Bernini, responsável pelo programa.

Neste ano, 338 currículos foram enviados de todas as partes do Brasil. O estágio começa em 1º de setembro e vai até 31 de janeiro de 2017, quando os estudantes apresentam, em uma banca, o trabalho desenvolvido ao longo da safra.



Agricultores vão para a sala de aula na Academia de Liderança



Congresso Nacional derruba veto presidencial e valida MP que extingue a obrigatoriedade do seguro rural

CONQUISTA: SEGURO RURAL DEIXA DE SER OBRIGATÓRIO

A obrigatoriedade de contratação do seguro rural para acessar linhas de crédito foi suspensa no final de maio. O Congresso Nacional derrubou um veto presidencial à Medida Provisória (MP) nº 682/2015, deixando claro que, a partir de agora, condicionar o financiamento de agricultores à compra do seguro é ilegal. Essa era uma demanda já histórica da Aprosoja.

"Esse assunto estava em nossa pauta de trabalho há muitos anos. Sempre ouvimos que o produtor só conseguia crédito rural se adquirisse o seguro. Por isso, é uma grande conquista para nós", observa o presidente da Aprosoja, Endrigo Dalcin.

A conquista foi resultado da articulação política da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Duas emendas à MP nº 682/2015 foram propostas no ano passado pelo senador Waldemir Moka (PMDB-MS), mas haviam sido vetadas pela presidente Dilma Rousseff. As duas emendas proibiam claramente a venda casada, criando condições para que o agricultor tivesse mais opções para contratar seguro. A suspensão da obrigatoriedade do seguro rural integrava a lista de reivindicações que a Aprosoja encaminhou como sugestão para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em março. O documento acabou não sendo utilizado devido ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, mas o rol de demandas continua atual.

Entre tais demandas, está o aumento do limite de crédito por CPF do produtor rural. Atualmente, o limite é de R$ 1,2 milhão, o que inviabiliza o custeio para agricultores com áreas maiores que 500 hectares. "Segundo estudos, 63% dos produtores de Mato Grosso têm áreas maiores, e, pelo custo operacional atual, os recursos disponíveis são insuficientes", explica Frederico Azevedo, gerente da comissão de Política Agrícola da entidade.

No Plano Safra 2014/15, os produtores rurais tinham o chamado "extrateto", uma opção de contratar um valor acima do limite dependendo de suas práticas sustentáveis econômica e ambientalmente. Naquele ano, cada prática sustentável dava direito a 15% acima do crédito, chegando ao limite de 45%. No último Plano Safra, esta opção foi cancelada, mas a Aprosoja entende que ela deveria ser retomada pelo MAPA. Outro ponto importante é a alteração do preço mínimo para soja e milho, cujo valor está defasado.

As expectativas melhoraram com a chegada do então senador mato-grossense Blairo Maggi ao MAPA. "Nossa pauta continua, mas, agora, com mais abertura para o diálogo", afirma Dalcin. As reivindicações foram consolidadas pela FPA num documento entregue em mãos ao presidente interino Michel Temer. ■



COOPERATIVISMO FINANCEIRO E CRÉDITO RURAL

O COOPERATIVISMO FINANCEIRO brasileiro é, em sua gênese, um empreendimento do agronegócio. Ao longo dos anos, foram somando-se ao cooperativismo atividades análogas às de uma instituição bancária convencional, principalmente depois da possibilidade de constituição das cooperativas de livre admissão, que impulsionaram a democratização das cooperativas financeiras.

No entanto, a sua concepção original jamais foi abandonada, e segue-se sempre apoiando o associado não só com o acesso ao crédito, mas oferecendo produtos e serviços financeiros com taxas justas. Mesmo com a diversificação de atuação das cooperativas na oferta de produtos financeiros, o apoio ao agricultor por meio do crédito rural continua sendo uma das principais áreas de atuação.

Os objetivos do cooperativismo de impulsionar os desenvolvimentos socioeconômicos local e regional e promover a inclusão financeira levam o associado a criar um sentimento de pertencimento que reflete em reinvestimento na comunidade e produz um crescimento bastante sólido ao movimento cooperativista.



Marco Aurélio Almada, diretor-presidente do Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob)

CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL
(2011-2015)

	SFN*	SFC
Operações de crédito	15%	21%
Ativos totais	14%	22%
Depósitos totais	7%	22%

* Não contempla bancos de desenvolvimento
Fonte: BCB; Bancoob

A participação do Sistema Financeiro Cooperativo (SFC) no Sistema Financeiro Nacional (SFN) vem crescendo de forma significativa, não só nas operações de crédito, mas também em depósitos e ativos totais.

O cooperativismo financeiro brasileiro tem uma grande atuação no interior do Brasil – onde, por vezes, configura-se como a única alternativa para a obtenção de crédito pela comunidade –, apoiando o processo de inclusão financeira e de acesso ao crédito. Em dezembro de 2015, por exemplo, existiam 400 municípios no Brasil que tinham apenas cooperativas como instituições financeiras.

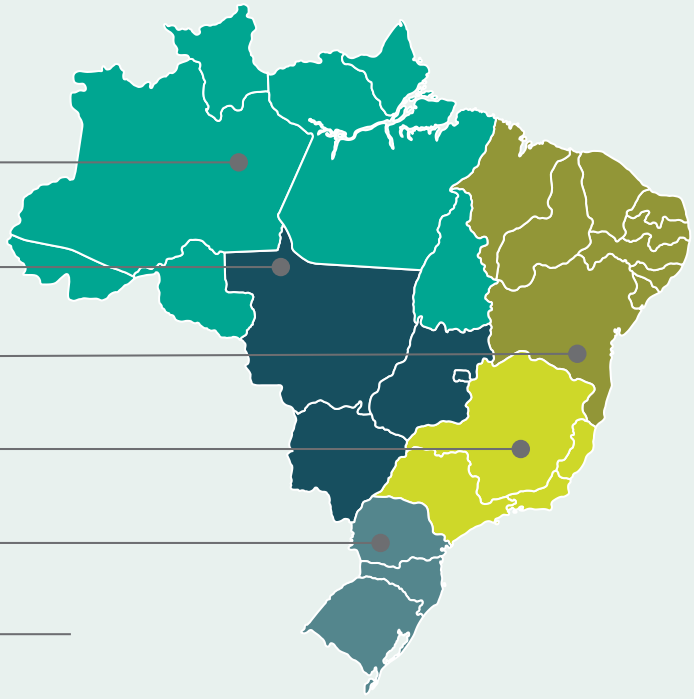
Como alicerce ao agronegócio brasileiro, destaca-se o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), um dos maiores sistemas cooperativos do Brasil e que, em 2015, tinha 3,2 milhões de cooperados e ativos totais superiores a R$ 60 bilhões, dos quais R$ 10,7 bilhões dedicados ao financiamento rural de seus associados. Com o objetivo de fomentar o crédito rural, o Sicoob conta com o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), que atua como especialista na obtenção de recursos subsidiados concedidos pela União ao setor.

Criado em 1997, fundamentalmente, o primeiro objetivo do Bancoob era de promover a autonomia operacional das cooperativas. Em um curto espaço de tempo, o Banco passou a atuar na engrenagem da atividade bancária com a finalidade de reforçar o volume de captação de recursos para o Sicoob.

Outra etapa que marcou a sua trajetória foi a conquista da autonomia em tecnologia de informação. Isso se tornou um ativo estratégico, com a missão de modernizar os processos de negócios. A criação de soluções tecnológicas aproximou os associados das informações e dos serviços de

DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITO NO BRASIL

	Sistema Financeiro Cooperativo	Sistema Financeiro Nacional
REGIÃO NORTE	3%	2%
	RM 17%	RM 61%
	INTERIOR 83%	INTERIOR 39%
REGIÃO CENTRO-OESTE	15%	7%
	RM 41%	RM 74%
	INTERIOR 59%	INTERIOR 26%
REGIÃO NORDESTE	4%	10%
	RM 78%	RM 78%
	INTERIOR 22%	INTERIOR 22%
REGIÃO SUDESTE	31%	69%
	RM 31%	RM 89%
	INTERIOR 69%	INTERIOR 11%
REGIÃO SUL	47%	12%
	RM 47%	RM 78%
	INTERIOR 53%	INTERIOR 22%
BRASIL	100%	100%
	RM 42%	RM 85%
	INTERIOR 58%	INTERIOR 15%



RM – Região Metropolitana
Data-base: dezembro de 2015 – divulgação semestral
Fonte: BCB; OCB

sua cooperativa e promoveu ganho de escala em relação às necessidades de modernização que, de outra forma, seriam extremamente onerosas.

Desde então, o Bancoob vem evoluindo no processo de agregar fatores de competitividade às cooperativas, atuando na diversificação de produtos financeiros e, também, buscando o fortalecimento da estrutura patrimonial, a fim de fornecer subsídios adequados para as cooperativas. Especificamente no que se aplica ao crédito rural, foi o início das operações com produtores rurais associados ao Sicoob, utilizando recursos controlados provenientes da exigibilidade e do acesso a financiamentos nas linhas Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ) e em programas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

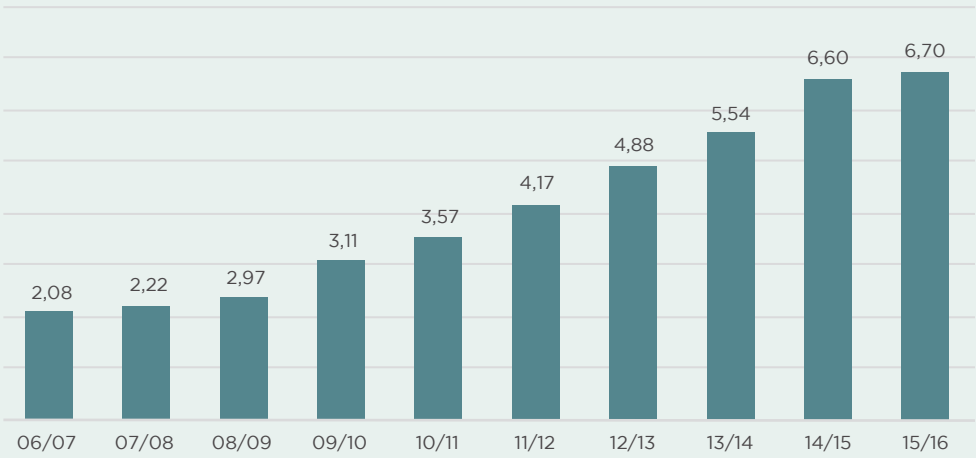
A história continua em 2004, com a autorização do Banco Central do Brasil (BCB) aos bancos cooperativos para captação de poupança rural. Uma nova porta abriu-se ao Sicoob. A partir de então, foi possível captar recursos de cooperados em caderneta de poupança e retorná-los às suas comunidades como fomento à produção agropecuária. Desta forma, o princípio de aplicação dos recursos captados em uma cooperativa em sua área de atuação estava resguardado. Outra grande vitória foi o acesso aos limites de equalização pagos pelo Tesouro Nacional, em 2008. Tal alteração fez com que fossem ampliadas as fontes de financiamento ao crédito rural.

O portfólio atual do Sicoob é completo. Estão disponíveis linhas de custeio, comercialização e investimento nas mais variadas fontes. No ano agrícola 2015/16, mais de R$ 15 bilhões foram emprestados por cooperativas do Sicoob a produtores rurais.

CRÉDITO RURAL NO SICOOB

Nos últimos dez anos, o Sicoob liberou cerca de R$ 40 bilhões em operações de crédito rural, aumentando as liberações, em média, à ordem de 15% a cada safra. O compromisso no atendimento das demandas por financiamentos agropecuários fez com que fosse criada, no banco, uma área

LIBERAÇÃO TOTAL DE CRÉDITO RURAL NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS AGRÍCOLAS
(R$ BILHÕES)

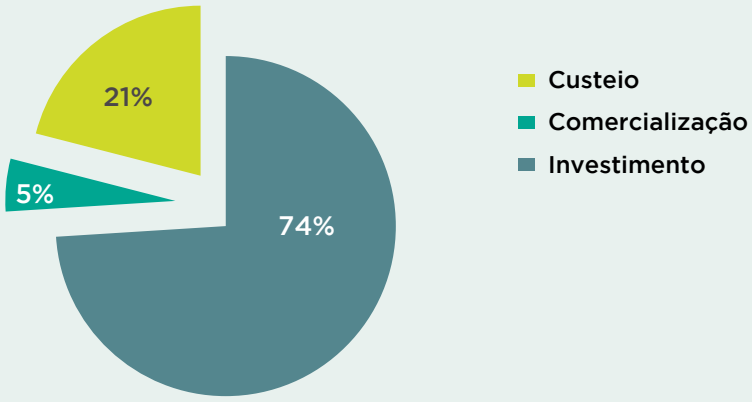


Fonte: Sicoob Confederação; Bancoob

específica de agronegócios em 2009. Na safra seguinte, o incremento em liberações chegou a 31%. Nos últimos três anos agrícolas, a média de volume disponibilizado ficou em R$ 6,3 bilhões.

Do valor disponibilizado na safra 2015/16, mais de 70% foram alocados em operações de custeio, que são aquelas direcionadas à cobertura das despesas convencionais de um ciclo agrícola. Embora estas operações de curto prazo caracterizem-se por maior incidência de riscos de crédito, é no apoio aos custos corriqueiros da atividade agropecuária que o Sicoob apresenta seu diferencial. Cooperativa é um bem comum colaborativo, nem público, nem privado, e, aportando recursos de custeio, cumpre com sua responsabilidade de dinamização da comunidade em que se insere. Pelo perfil das praças onde o Sicoob atua, em sua maioria, garantir suficiência de recursos ao produtor rural representa financiamento indireto a toda a cadeia do agronegócio.

LIBERAÇÃO DE RECURSOS NA SAFRA 2015/16 POR FINALIDADE



Fonte: Sicoob Confederação; Bancoob

APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar sempre se destacou por sua importância na garantia da segurança alimentar de uma determinada região. A contribuição para a permanência das populações em suas regiões, por meio da geração de condições suficientes para o desenvolvimento de comunidades satisfeitas economicamente, também é compartilhada.

Nesse contexto, é natural que o Sicoob esteja diretamente envolvido no sucesso dos produtores familiares. As cooperativas também se desenvolveram com o objetivo de fortalecimento de suas regiões de atuação, fornecendo produtos adequados e oportunos, assim como os alimentos do dia a dia.

Observando tal vínculo, o esforço no financiamento dos empreendimentos de agricultura familiar tem sido incessante. Em 2016, o Sicoob celebrou o atingimento de R$ 1 bilhão em operações vigentes no Pronaf, beneficiando mais de 15 mil famílias.

Comemoramos muito essa conquista junto com os nossos associados, pois não é raro encontrar agricultores familiares felizes pelo atendimento cuidadoso prestado por nossas cooperativas!

PERSPECTIVAS

Estamos atravessando uma crise econômica e um momento político de razoável complexidade e entendemos que o nosso papel é continuar mantendo a relação creditícia com nossos associados, diferentemente do que acontece nas outras instituições bancárias, cuja reação foi a redução do crédito. No ano de 2015, as operações de crédito do cooperativismo financeiro aumentaram 12% em relação ao ano anterior, frente a 8% do SFN; no cenário do crédito rural, o crescimento foi de 11% e 6%, respectivamente. Historicamente, são nos momentos de crise que o cooperativismo mostra o seu valor!

O *funding* para o crédito rural passa por uma transformação que há tempos o setor não vivencia, pois duas fontes clássicas que fornecem o grande volume de recursos para o setor estão em declínio. Primeiramente, temos a redução dos depósitos à vista, captação em que os bancos têm a obrigatoriedade de direcionar 34% ao crédito rural. Em segundo lugar, tem-se a diminuição dos recursos da poupança rural, pela falta de atratividade que o produto tem em um cenário de altas taxas de juros.

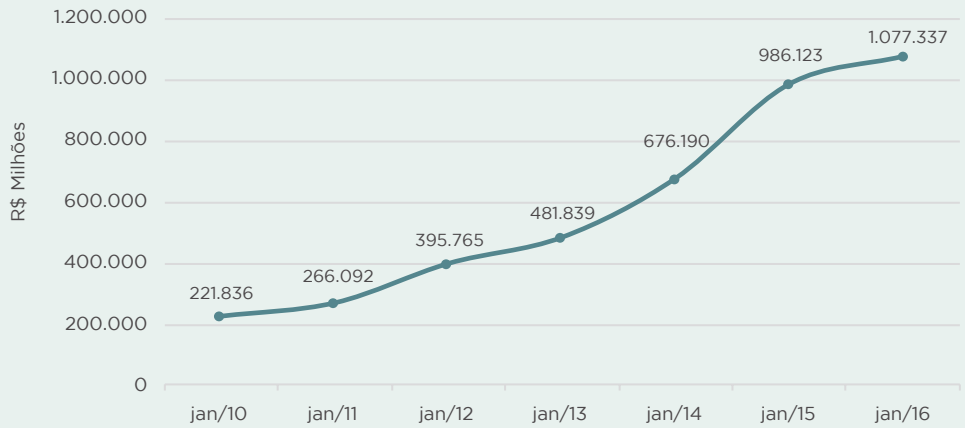
Em substituição a essas duas fontes, os bancos têm utilizado cada vez mais os recursos próprios, porém essas taxas são significativamente maiores do que as taxas com recursos controlados. O Bancoob tem à sua disposição limites de equalização de taxas com o Tesouro Nacional, que permite ao cooperado tomar recursos às mesmas taxas utilizadas para recursos controlados.

Desde 2015, tem-se destacado como uma importante fonte de captações a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). O banco que captar recursos a partir deste instrumento terá a obrigação de destinar parte do recurso para o crédito rural com taxa controlada e uma parte com taxa livremente negociada.

A recente escalada dos preços das *commodities* e de alimentos em geral propicia a retomada dos investimentos no setor. Soma-se, ainda, o maior entendimento social sobre os benefícios da associação a uma cooperativa de crédito. Comprova-se o fluxo apresentado pela participação do Sicoob em eventos do agronegócio. No circuito de feiras de 2016, quando da redução do financiamento a máquinas e equipamentos no setor, as cooperativas aumentaram suas participações em volume de negócios.

Projeta-se, portanto, um futuro favorável em termos de crédito rural para o Sicoob e os seus associados. ■

EVOLUÇÃO DO PRONAF NO SICOOB



Fonte: Sicoob Confederação; Bancoob

O SEGURO RURAL NA ATUAL CONJUNTURA

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



O AGRONEGÓCIO brasileiro tem se valorizado e recebido reconhecimento da sociedade, ao colocar alimentos na mesa dos brasileiros a preços justos, exportar para todos os continentes, gerar empregos e renda e propiciar clara contribuição para as contas externas do País. Entretanto, essa nova visão do agro não pode causar a impressão que não existem questões sérias a enfrentar.

É fundamental compreender que o setor é composto por múltiplas cadeias de produção, e, apesar dos resultados robustos, algumas delas e o próprio segmento agropecuário precisam de uma política consistente para atravessar conjunturas adversas de mercado e gerenciar os riscos dos empreendimentos rurais.

O crédito rural vem servindo como principal instrumento da política agrícola: nos anos 70 do século passado, representava a única fonte de financiamento; hoje, origina 30% das operações de crédito rural. Em contrapartida, emergiram mecanismos de financiamento privado que exigem novos contratos e garantias securitárias.

De outra parte, os riscos das atividades rurais estão se multiplicando, diante da ocorrência de eventos climáticos severos, de maiores fluxo comercial e mobilidade das pessoas, da volatilidade dos preços das *commodities* e da suscetibilidade a pragas e doenças. Assim, o gerenciamento dos riscos agropecuários, em especial dos associados à produção e ao mercado, assume um novo papel no âmbito da política agrícola.

Os principais instrumentos da política agrícola para endereçar esses riscos são a PGPM, a AGF, o EGF, o PEP, o PEPRO, o PROAGRO e o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que se sobrepõem e sofrem com a falta de orçamento e continuidade.

Acreditamos que o seguro rural privado é o instrumento com maior potencial de enfrentamento dos riscos mencionados, por representar uma solução comprovada de mercado. Entretanto, como é recente no País, precisa de um programa de incentivo como o PSR para ganhar maturidade, escala e eficiência.

No contexto em que os produtores não estão devidamente amparados pela política agrícola, faz sentido avaliar a eficácia dos seus instrumentos e redirecionar recursos em prol do seguro rural, revigorando-o e firmando-o como um dos principais mecanismos de gestão e fomento da agropecuária nacional.

O fortalecimento do seguro implica a implantação de um projeto de longo prazo que cumpra seus objetivos e traga segurança aos produtores. Com esse mister, são essenciais ações para a dotação permanente de recursos no PSR, a resolução de regras e o oferecimento de incentivos que viabilizem a universalização do seguro em distintas cadeias produtivas e regiões.

A situação presente não permite erros. Propostas acintosas de taxar as exportações do agronegócio precisam ser rechaçadas, como fizemos pela mídia, com amplo respaldo dos produtores. Não há espaço para experimentação, apenas para ações pragmáticas e assertivas.

Cremos que o Governo e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) adotarão medidas com firmeza e determinação para confiarmos em mudança de rumos, com o posicionamento do seguro rural no cerne da política agrícola, a fim de garantir proteção efetiva à agropecuária, pilar do agronegócio que deve ser um dos maiores trunfos para o reerguimento da economia brasileira. ■

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A GÊNESE DA INOVAÇÃO

MÁRIO VON ZUBEN

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Calgary, no Canadá, e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

O AGRONEGÓCIO nacional desenvolveu numerosas tecnologias capazes de adaptar e aprimorar culturas em rincões do País antes relegados à própria sorte. Como lembrou José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em recente artigo, a inovação tecnológica está na base da extraordinária *performance* agropecuária brasileira nas últimas décadas.

Ainda que dispersa regionalmente e pouco articulada a um planejamento estratégico central de governo, a pesquisa agrícola remonta ao início do século passado. O Instituto Agronômico de Campinas (IAC) – que completou, em junho último, 129 anos de existência – foi essencial na produção cafeeira no País e no desenvolvimento de mais mil cultivares de grãos, frutas e hortaliças já lançadas. Há, ainda, que se destacar, por exemplo, instituições de ensino superior do porte da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq/USP), criada em 1901; da Universidade Federal de Lavras (UFLA), de 1908; e da Universidade Federal de Viçosa (UFV), fundada em 1927, entre outros centros de excelência do conhecimento agropecuário no País. E esse desenvolvimento, de forma geral, traduz-se na figura da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Idealizado em 1991, o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA) reúne a Embrapa e suas unidades de pesquisa e de serviços, 21 Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs), universidades federais e estaduais e institutos públicos e privados. A maior fração desses órgãos está instalada no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste. Em torno de 1.800 pesquisadores dão vida a mais de 2 mil projetos de pesquisa e desenvolvimento, distribuídos em mais de 230 laboratórios e 215 estações experimentais pelo País.

A iniciativa privada também contribui consideravelmente para o desenvolvimento do agronegócio. Dados recentes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) apontaram que 46% dos R$ 64 bilhões investidos anualmente no Brasil em pesquisa e desenvolvimento (P&D) vêm de empresas privadas. No caso específico do agronegócio, *ranking* divulgado pela publicação britânica Financial Times baseado em quanto representa das vendas de quatorze setores o investimento em P&D mostra que as empresas de agropecuária estão em segundo lugar em investimentos (12% sobre o faturamento), perdendo apenas para as indústrias farmacêuticas.

Outro estudo, divulgado pela consultoria Phillips McDougall e realizado com empresas dos Estados Unidos e da Europa, demonstra que os custos para a descoberta de uma nova molécula para um agroquímico – produto utilizado no combate de pragas nas lavouras – no período de 2010-2014 chegaram a US$ 286 milhões. Os valores incluem as despesas necessárias para o ciclo pesquisa-desenvolvimento-registro de uma nova molécula para proteção da lavoura, que pode levar até onze anos para chegar ao mercado. O relatório constatou que a indústria de agroquímicos aplicou US$ 2,6 bilhões em inovações em 2014. ■

DIÁRIO DE BORDO

BIOFORTIFICAÇÃO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

FALA-SE MUITO em segurança alimentar como mecanismo essencial para garantir a paz mundial: onde há fome, não pode haver paz. A trágica onda migratória de cidadãos do Oriente Médio, da Ásia e da África para a Europa Ocidental – com milhares de mortes de inocentes na travessia do Mediterrâneo – é a mais recente demonstração desse fato. Não é por outra razão que a ONU, responsável pela manutenção da paz mundial – e está claro que a organização não consegue atingir tal objetivo –, preocupa-se com a necessidade de aumentar a produção de alimentos em 70% até 2050, quando a população de terráqueos superará 9 bilhões de pessoas.

Também já vai ficando mais frequente a referência à qualidade do alimento: não basta que exista comida para todos; é preciso que este alimento seja saudável, nutritivo, produzido em condições sustentáveis.



Outro capítulo conhecido do mesmo assunto é a transgenia. Por meio da Engenharia Genética, inocula-se numa planta de determinado alimento um gene que pode vir de outras espécies ou seres vivos e que torne o produto final mais rico no elemento nutritivo desejado. Assim, pode-se transformar um alimento pobre em proteínas em mais rico nelas, permitindo que as populações mais carentes tenham melhor teor proteico. Essa área da transgenia vem crescendo, permitindo, até mesmo, a introdução de poder medicamentoso em alimentos.

O que não se fala ainda, até porque o tema é relativamente recente, é sobre biofortificação de alimentos. De que se trata?

Biofortificação é o que se faz cruzando plantas da mesma espécie com o objetivo de aumentar seu poder nutritivo. Não se usa o cruzamento com espécies diferentes nem se faz introdução de genes de outras espécies: isso geraria um produto transgênico ou geneticamente modificado. Já a biofortificação faz-se com vários cruzamentos repetidos e reavaliados de plantas alimentícias que façam parte do hábito alimentar do povo. Após vários testes, às vezes demorados (anos de cruzamentos!), são obtidas cultivares mais nutritivas, chamadas biofortificadas.

No Brasil, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) lidera uma equipe de mais de 150 pesquisadores ligados a instituições nacionais e estrangeiras, públicas e privadas, compondo uma rede chamada BioFORT. Seu objetivo é enriquecer alimentos que fazem parte da dieta básica do nosso povo sem mudar seus hábitos de consumo, com maiores teores de ferro, zinco e vitamina A, combatendo, junto à população mais carente, a chamada "fome oculta", responsável pela debilitação de milhões de pessoas no mundo todo e que se caracteriza pela insuficiência de nutrientes no organismo, com a pessoa podendo até estar saciada, mas continuando fragilizada.

Embora seja um notável avanço na direção da melhoria do padrão alimentar, a biofortificação não resolverá sozinha o problema nutricional e se soma à diversificação da dieta e à suplementação.

Mas, a biofortificação tem uma vantagem sobre esses métodos: o alimento biofortificado tem os nutrientes desejados em maior quantidade, eliminando, com o tempo, as deficiências das pessoas.

No Brasil, já são feitos trabalhos com oito diferentes culturas: abóbora, arroz, batata-doce, feijão, feijão-caupi, mandioca, milho e trigo. Todos estes são produtos da cesta básica do cidadão brasileiro de classe C ou D e representam um avanço na luta contra a desnutrição. ■

PRODUZIR

DEFENSIVOS: FUNDAMENTAIS PARA A AGRICULTURA TROPICAL

CHRISTIAN LOHBAUER
Diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

OS DEFENSIVOS agrícolas devem ser entendidos como os remédios das plantas. Assim como qualquer ser vivo, em caso ou sob risco de doença, o vegetal deve ser protegido para que se desenvolva de forma saudável e plenamente. Para se produzir alimentos, energia e fibras com eficiência, é necessário atingir o máximo em qualidade na defesa de qualquer cultura agrícola. Os defensivos têm esta função.

As características climáticas do Brasil permitem o cultivo de duas a três safras anuais, o que explica o alto volume de defensivos utilizados. No ambiente tropical, pragas e invasores são constantes. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/ONU), cerca de 40% da produção de alimentos são perdidos todo ano devido a ataques de pragas e doenças. Em áreas não tratadas com defensivos, o número pode chegar a 80% ou até à perda total.

O avanço do agronegócio brasileiro não se deve apenas à expansão de áreas, mas, sobretudo, aos ganhos de produtividade, resultados das eficientes práticas de cultivo desenvolvidas pelos produtores brasileiros e do uso mais intensivo de fertilizantes e mais adequado de defensivos. O combate a pragas e doenças, aliado ao manejo integrado a novas variedades de sementes, fez o resto. Tudo adaptado às condições brasileiras.

Agricultores inovadores e empreendedores com acesso a máquinas mais potentes e tecnologia embarcada revolucionaram o agro. O Brasil colhe, em média, 142 kg de alimentos a cada dólar investido em defensivos. Nos Estados Unidos, a média é de 94 kg/dólar, enquanto, na Europa, a produtividade está estagnada em 51 kg/dólar investido.

O mercado global de defensivos registrou queda de 9,8% nas vendas em 2015, totalizando US$ 54,6 bilhões. Trata-se do primeiro ano de retração no mercado global nos últimos dez anos – e o Brasil contribuiu de maneira representativa para essa redução, com queda de 21,56% em relação a 2014. Entre os motivos da desaceleração, estão a desvalorização cambial, o contrabando (que atinge níveis alarmantes) e a dificuldade de obtenção de linhas de crédito rural por parte dos agricultores, o que afeta o seu fluxo de compra e, consequentemente, leva ao aumento dos estoques da indústria e dos canais de distribuição.

Os desafios são muitos. O desenvolvimento de uma nova molécula de defensivo leva entre oito e dez anos, com um custo médio estimado em € 200 milhões (para selecionar uma molécula, são avaliadas cerca de 100.000 substâncias). Além disso, o registro de molécula no Brasil pode demorar outros seis anos, em função dos problemas estruturais do sistema regulatório. Também por essa razão, o contrabando corre solto no País. Estima-se em torno de 20% a parte de defensivos contrabandeados para o Brasil, um enorme risco para as plantas, as pessoas e, principalmente, a prosperidade rural.

Em vez de perdermos tempo e energia criticando a indústria, devemos nos empenhar, como setor e parte do mesmo sistema de produção, em garantir o uso correto de defensivos pelo produtor rural e pressionar os reguladores para que produtos de qualidade sejam aprovados de maneira mais célere e alinhada com a dinâmica do mercado. ■



OPINIÃO

MICROBACIAS II: UM MACROAPOIO AO PEQUENO

ARNALDO JARDIM
Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

O GOVERNADOR Geraldo Alckmin assinou, em 31 de maio último, termos de compromisso com 134 associações e cooperativas que integrarão o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) Microbacias II (MB II) – Acesso ao Mercado. O evento reuniu, no Palácio dos Bandeirantes, mais de mil produtores rurais, em um clima de muito entusiasmo.

São partícipes das entidades que integram a sexta chamada desta importante iniciativa, que ganhou definitivamente a confiança do produtor rural por alterar suas condições de produção, assim como do processamento e da comercialização de seus produtos. Prova disso é o aumento de 173,77% no número de manifestações de interesse da quinta para a sexta chamada do PDRS.

Em sua primeira chamada, o Programa investiu R$ 13,4 milhões em 33 projetos; na segunda, foram R$ 14,0 milhões em 36 iniciativas; R$ 12,5 milhões para 29 projetos, na terceira; na quarta, R$ 21,7 milhões para 51 iniciativas; na quinta, R$ 23,5 milhões para 61 projetos. Houve melhorias em dezessete diferentes cadeias produtivas, além da recuperação de estradas de acesso às entidades.



Na sexta chamada, serão mais de R$ 58 milhões do governo do estado de São Paulo, beneficiando 3.631 produtores, sendo 93,4% deles agricultores familiares. É um orgulho e uma felicidade divulgar esses números, que representam o aumento momentâneo não apenas da capacidade produtiva e da renda dessas pessoas, mas também de sua situação estrutural, ou seja, uma "mudança para ficar".

O MB II tem como méritos trabalhar na redução do nível de pobreza rural em território paulista e conquistar uma consistente fixação das famílias no campo. Esse incentivo à união ajuda o agricultor a ver seu vizinho como um companheiro, alguém com quem pode contar, e não como um concorrente, e foi isso que motivou a decisão de o repasse ser feito à cooperativa ou à associação.

Um caso que pode ilustrar isso é o de Pratânia, onde a Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Rio Claro teve o incentivo para ser criada, em 2004, sendo a primeira do município. Ao se unirem, conseguiram ter sua proposta de negócio aprovada para a aquisição de equipamentos para cafeicultura, mas obtiveram, também, outros ganhos, como compras coletivas de insumos, economizando até 20%.

Economia essa que garante mais dinheiro no bolso, que garante mais investimentos, que garantem mais produtividade, que garante mais renda, que, por sua vez, garante uma vida melhor e entusiasmo permanente. Este positivo círculo é um dos principais resultados do MB II: autonomia, independência e condições de comercializar a produção do pequeno produtor e do agricultor familiar.

Em regiões como as de Dracena e General Salgado, o Projeto chegou a ser recebido com ceticismo. Porém, atualmente, 4.300 das 8.700 propriedades da região seguem a lógica do MB II. É a confiança de quem quer ver sua área voltar a ser um ambiente social recompensador, formador de prosperidade. Trata-se o pequeno e o agricultor familiar não como "café com leite", com paternalismo, mas como ponto de excelência, com busca de produtividade.

Guiamo-nos, também, pelo aspecto ambiental, que perpassa todos os momentos de implantação de nossa ação. É uma forma de garantir a adesão das famílias rurais a uma nova compreensão sobre agricultura. É micro no nome, mas gigante em sua abrangência. ■

REFLEXÃO

OUTRA VEZ O SOL

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

"Mas é claro que o sol vai voltar amanhã..."

Renato Russo

O BRASIL entrou em primavera precoce, antes da estação do inverno, em pleno abril de 2016. Basta participar das rodas de negócio e observar as manifestações das entidades e a expectativa renovada das empresas. Em todo lugar, as pessoas mostram outro ânimo e outra confiança. Parece a volta do sol iluminando o País, mostrando os absurdos do poder até então instalados, travestidos de ideologia separatista da sociedade, com reflexos muito ruins. O País amanheceu verde e amarelo, tingiu o vermelho em cores amenas e prestou novamente atenção aos dizeres da sua bandeira: "Ordem e Progresso"!

Nessa primavera antecipada, os campos florescem de esperança e convidam os respeitáveis cidadãos ao festejo. Esse desatino de antecipar a primavera, com chuvas de verão no início de junho, significa o outono substituindo as folhas velhas e cansadas por outras novas e viçosas, com seus odores invadindo as casas, os escritórios e o Congresso Nacional.

Mas, é claro que o sol volta, transformando os ambientes escuros onde a corrupção se esconde por meio das letras miúdas dos discursos sociais e engana os mais incautos ou iludidos pela ficção interessada do pensamento radical.

É, também, um momento político de decisões sem amarras para o novo governo, pois o Brasil não pode viver na frágil figura da interinidade do Executivo, com as hercúleas tarefas a se realizar. Tal qual as fortíssimas chuvas de maio e junho de 2016, que limpam pouco a pouco a lama onde se esconde a corrupção, a operação Lava-Jato trabalha com foco nas ações dos pés às cabeças – as quais logo o Brasil verá –, mostrando as ações como uma Medusa cujo olhar transforma humanos não em pedras, mas em agentes do mal.

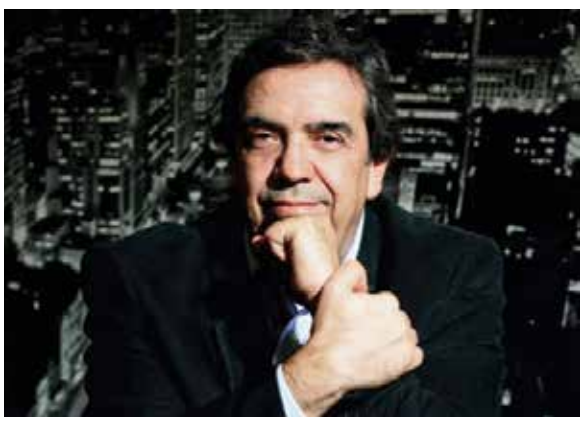
Nesse ambiente de PIB arrasado, inflação elevada, juros escorchantes e câmbio aniquilador, de forma extraordinária, o agronegócio dá demonstração não só de resiliência, mas de liderança e protagonismo: segura a balança comercial brasileira, mesmo pressionado por custos elevados e desvalorizado pelas ideologias.

E o mundo segue anotando e observando a capacidade de competir do agro brasileiro, mesmo com tudo isso!

Imaginar um Brasil normal, preocupado com educação, investimentos de Estado em logística, regulação mínima que valorize produtividade e criatividade, custos de um crédito modernizado consoante à sua atividade e mercados abertos com países importantes consumidores, é o sonho para o verão que virá.

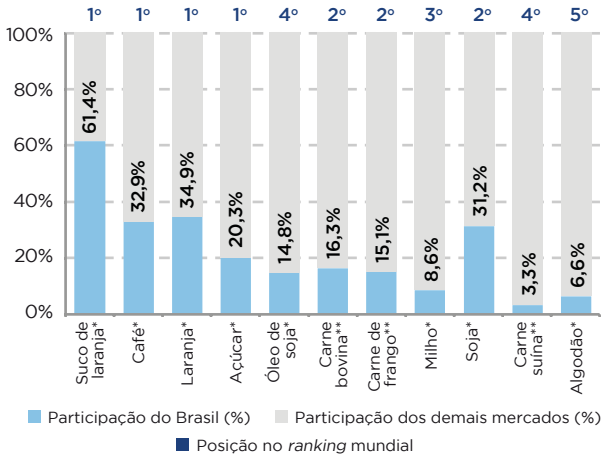
Entre safras e safrinhas de grãos, florestas plantadas em crescimento, papel e celulose sendo produzidos, carnes avançando em mercados novos, canaviais sendo colhidos ao lado de laranjais e cafés, chocolates, frutas, verduras e borracha, os agronegócios esperam que nuvens outras não venham a reduzir a luz.

Depois de tantas noites de pesadelos, com a instalação de um verdadeiro caos político e econômico, há bons sinais no campo econômico, mas é fundamental dar-se o mesmo na área política. A operação Lava-Jato ajudará muito! Por isso, o agro está totalmente em sintonia com a sua real força rompedora de um passado que não pode se repetir. ■



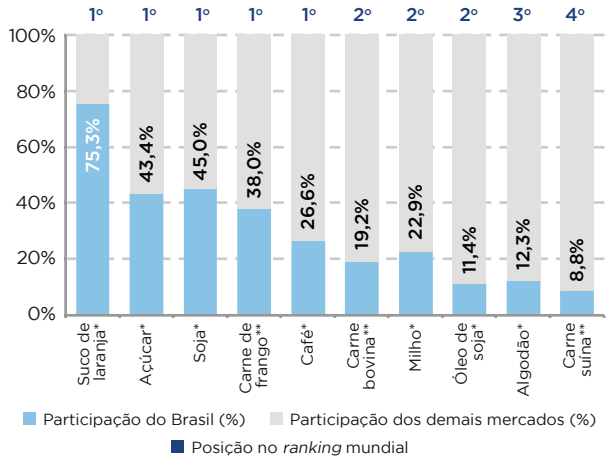
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2015/16



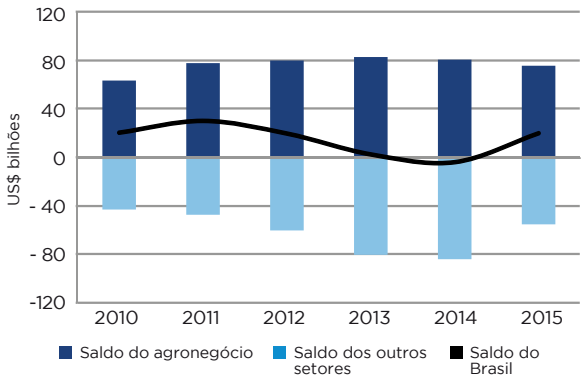
* 2015/16; ** 2016
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2015/16



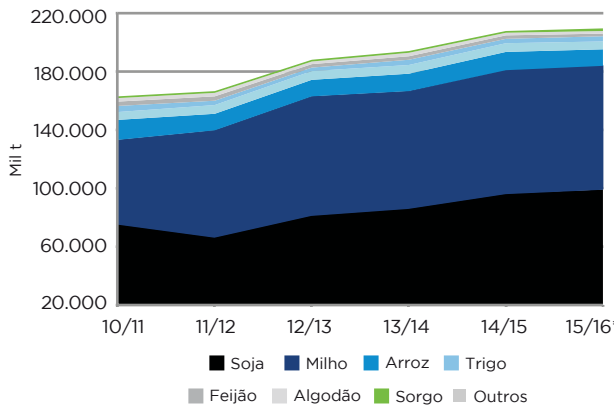
* 2015/16; ** 2016
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



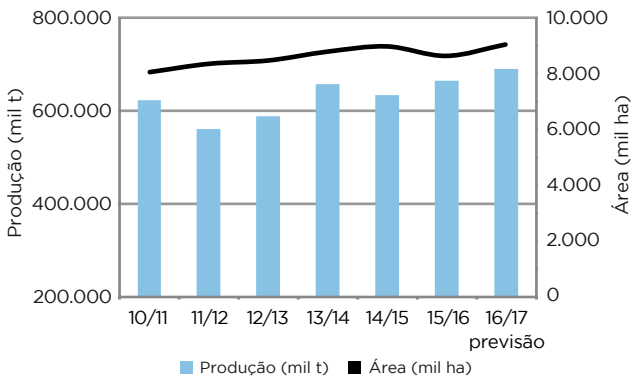
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



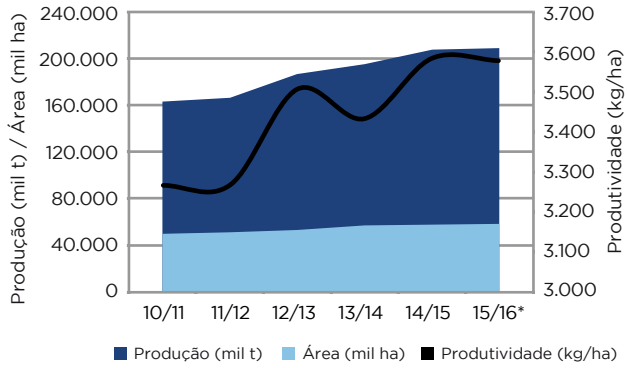
* Previsão em abril de 2016
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Estimativa em abril de 2016
Fonte: Conab